convergencia

MAR - 1988 - ANO XXIII - Nº 210



- A VOSSA VOCAÇÃO NASCEU DA LUZ QUE É CRISTO João Paulo II página 67
- CF-88: A FRATERNIDADE E O NEGRO Irmão Israel José Nery, FSC. — página 97
- A MISSÃO DOS RELIGIOSOS NA INSERÇÃO NOS MEIOS POPULARES

 Card. Aleisio Lorscheider página 122

CONVERGÊNCIA Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB



Diretor-Responsável: Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável: Padre Marcos de Lima, SDB (Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação: Pe. Ático Fassini, MS Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, Fl

Direção, Redação, Administração: Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JA-NEIRO — RJ.

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Peça, engrenagem, força. Em outro patamar, a intenção fundamental: pessoa, comunidade, sociedade. É óbvio, não é obra de arte, arte retiniana, formas agradáveis aos olhos. É, sim e sobretudo, um jogo de idéias. O interesse está menos no produto visual; menos no seu aspecto decorativo; mais na leitura da imagem, do signo-símbolo. Şer o que se é — pessoa — ou ser meramente peça na engrenagem do sistema? Toda vida verdadeira é encontro. Na relação interpessoal se desenvolve a personalidade e se adquire a identidade. Como, então, experimentar-se,

de maneira característica, uma individualidade precisa e não individualista? Como ser comunidade sem despessoalizar-se ou despersonificar-se? Afirmar e respeitar os valores do grupo como pluralidade psicológica ou as suas exigências de unidade sociológica, matriz de padronização institucional? Pessoas em comunidade, sempre fonte de tensões. O grupo é realidade conflitiva. Não se pode desconhecer o realismo das diferenças. E, no entanto, individualidade sem o sentido de pertença ao grupo não amadurece vocacionalmente. Comunidade sem o sentido de individuação é tentativa equívoca de sentir-se pessoa. Na busca de um ajustamento dinâmico para esta dialética existencial, CONVERGENCIA ajuda a evitar a emergência de excessos, a desabrochar experiências amadurecedoras, a evoluir, pouco a pouco, para uma situação de discernimento e de autonomia consubstanciadas pela fé. Só a fé combina este dualismo aparentemente contraditório: Pessoa e Comunidade, sublinhando a certeza de uma crescente integração. A nossa vocação é de comum união com JE-SUS CRISTO, a dimensão personalizante e comunitária de nosso futuro (1 Cor 1, 9). Nesta perspectiva, mensalmente, Convergência quer lhe dizer: hoje já é o ensaio da realidade do amanhã (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 65	
A VOSSA VOÇAÇÃO NASCEU DA LUZ QUE É CRISTO João Paulo II	
INFORME DA CRB 72	
CAMPANHA DA FRATERNIDADE: 1988 A FRATERNIDADE E O NEGRO Irmão Israel José Nery, FSC	
A VIDA RELIGIOSA E A EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO Pe. João Fagundes Hauck, CSSR 105	
SINAIS PROFÉTICOS DO REINO C L A R 112	
A MISSÃO DOS RELIGIOSOS NA INSERÇÃO NOS MEIOS POPULARES Card. Ala(sia Largeboider	

EDITORIAL

O clima quaresmal da Campanha da Fraternidade envolve a
Igreja toda no Brasil. É forte apelo à conversão. Um denso grito
por mais fraternidade nesse mundo tresloucado de opressão,
egoísmo e volúpia.

A conversão, a que todos os cristãos somos convocados, se traduz em gestos de reconciliação, sobretudo com nosso irmão, o negro, que convive conosco em nossa terra. Dizer "convive" é, sem dúvida, dizer demais. A realidade é outra. Ela precisa ser reconhecida e, acima de tudo, transformada.

Na verdade, o negro, mais que qualquer outro habitante dessa terra, é o pobre, o incompreendido e desprezado de nossa sociedade. Não é de hoje que ele grita por liberdade, por justiça e fraternidade. Já viveu séculos de escravidão. E sobrevive ainda espezinhado pela discriminação.

Aqui está uma área muito concreta para sólido programa de conversão quaresmal, para uma atitude de vida mais cristã em relação a esse nosso irmão. A hora da reconciliação está soando. A convocatória é geral.

A convocação nos chega através da Campanha da Fraternidade-1988 que a CNBB organizou sobre o tema "A fraternidade e o negro", e com o lema "Ouvi o clamor deste povo". Num ato de contrição, a Igreja, por esta Campanha, assume os caminhos da conversão que levam à terra sem os males da discriminação e da injustiça.

Segundo o Irmão ISRAEL JOSÉ NERY, FSC, Assessor da CNBB para a Campanha da Fraternidade, são as seguintes as principais motivações que levaram a CNBB a estabelecer esse tema para a CF-88:

- a) O centenário da Lei Áurea que decretou a "libertação dos escravos".
- b) A discriminação que o negro sofreu e continua a sofrer no Brasil, em todos os setores da sociedade, inclusive, muitas vezes, na própria Igreja.
- c) A relação explícita desse tema com a Libertação, referencial básica da teologia e da pastoral da Igreja no Brasil.
- d) A continuidade que a CF-88 possibilita em relação ao processo de evangelização libertadora, de conversão e fraternidade que a Campanha desencadeia desde seus primórdios.

O texto-base da CF-88 segundo a CNBB nos ajuda a fazer nossa caminhada de reconciliação, com considerações em três níveis:

1. O do VER, vendo-se a realidade do negro no Brasil do passado escravocrata e do presente discriminador, dentro do contexto sócio-econômico-político-cultural e religioso.

- O do JULGAR essa mesma realidade à luz da Palavra de Deus e do Magistério da Igreja.
- O do AGIR segundo os critérios evangélicos e pistas para a ação transformadora, na linha da caridade assistencial, promocional e libertadora.

Os Religiosos e Religiosas do Brasil sintam-se convocados também, como qualquer outro cristão, para essa CF-88. A Vida Religiosa não esteve e nem está inteiramente isenta desse pecado da discriminação. Há um "mea culpa" a ser professado. E situações a serem superadas.

Para reforçar a CF-88 da CNBB entre os Religiosos e Religiosas do Brasil, a CRB Nacional, através de sua Equipe de Reflexão Teológica, está elaborando um texto sobre o tema. O texto servirá de desdobramento da CF-88 e de subsídio para as Comunidades Religiosas prolongarem esse tempo de reflexão e conversão, durante o mês de maio de 1988. Serão elas convidadas a estabelecer, nesse mês do Centenário da Abolição, e mês de Maria deste Ano Mariano, um confronto evangélico específico entre Vida Religiosa e o negro, no Brasil. Será um tempo de bênçãos, para a prática concreta da conversão e fraternidade. Tempo de reconciliação.

CONVERGÊNCIA de março apresenta os seguintes artigos de fundo:

- "CF-1988: A FRATERNIDA-DE E O NEGRO", uma entrevista com o Irmão ISRAEL JOSÉ NERY, FSC, Assessor Nacional da CNBB para a Campanha da Fraternidade e para a Catequese. Irmão Nery discorre sobre a CF como tal, seus objetivos e dinâmica de conversão, em particular sobre a CF-88.
- "A VIDA RELIGIOSA E A EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO", de Padre JOÃO FAGUNDES HAUCK, CSSR. Desde o princípio, os Religiosos tiveram participação direta na história do Brasil.
- "SINAIS PROFÉTICOS DO REINO: A VIDA RELIGIOSA FRENTE A UMA NOVA EVANGE-LIZAÇÃO — Pistas e reflexões no V Centenário da Primeira Evangelização da AL". É um texto elaborado pela CLAR, com vistas à celebração do V Centenário da Evangelização da América Latina.
- "A MISSÃO DOS RELIGIO-SOS NA INSERÇÃO NOS MEIOS POPULARES", do Cardeal ALOÍ-SIO LORSCHEIDER, OFM, Arcebispo de Fortaleza. Com a profundidade e a unção que o caracterizam, Dom ALOÍSIO se dirige a Religiosos, apresentandolhes algumas coordenadas bíblico-teológicas.

Pe. Atico Fassini, MS

A VOSSA VOCAÇÃO NASCEU DA LUZ QUE É CRISTO

João Paulo II

Roma, Itália

Dois momentos solenes marcaram, na tarde de 2 de fevereiro, a celebração da festa litúrgica da Apresentação do Senhor. Antes da Santa Missa, presidida pelo Santo Padre na Basílica de São Pedro, milhares de religiosos e religiosas, entre as quais 160 monjas de clausura, participaram no "momento de oração", em forma de paraliturgia, sob a presidência do Cardeal Hamer, Prefeito da Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares. Esta primeira parte comportou três reflexões, com cânticos, leituras de textos bíblicos e gestos simbólicos: a primeira reflexão foi sobre os votos religiosos, a segunda sobre a vida contemplativa e ativa, e a terceira sobre "Maria, modelo da vida consagrada".

Em seguida teve início a Missa: com o Papa concelebraram os Cardeais Hamer, Poletti e Deskur, os Arcebispos D. Fagiolo e D. Appignanesi, respectivamente Secretário

In L'OSSERVATORE ROMA-NO n.º 7, 15 de fevereiro de 1987, p. 1 e 4. do Dicastério para os Religiosos e Vice-Gerente da Diocese de Roma, e cerca de quinhentos sacerdotes religiosos, entre os quais o Pe. John Vaughn, Presidente da União dos Superiores-Gerais. Após a homilia, cujo texto publicanos a seguir, João Paulo II procedeu à bênção dos círios e à cerimônia da renovação dos votos.

1. "Levantai-vos, ó pórticos eternos!" (SI 23/24, 9).

A liturgia de hoje proclama o louvor do templo. Em primeiro lugar o do templo de Jerusalém, e depois o de todos os outros. Mas o templo de Jerusalém é aqui o protótipo. Este louvor proveio da história de Israel, do Povo eleito de Deus. Do Povo ao qual Deus estava particularmente próximo mediante os seus patriarcas, mediante Moisés e os profetas. O templo de Jerusa-lém contém em si a inteira tradição desta intimidade e, ao mesmo tempo, a história do Povo eleito.

"Levantai-vos, ó pórticos eternos!" Deus, que habita no alto, descia numa nuvem. O Senhor dos exércitos, o rei da glória. A nuvem do Senhor envolveu Moisés e a Arca da Aliança, quando ele habitava ainda na tenda. Depois desceu ao templo, ao lugar chamado "Santo dos Santos". Ninguém podia ali entrar: somente o Sumo Sacerdote durante as festividades mais importantes.

2. Hoje, Aquele que é Senhor do templo, vem da condição humilde. Vem do meio do povo. Antes, do meio daqueles que neste povo são os mais pobres. Vem como criança no quadragésimo dia depois do nascimento: no dia em que a Lei prescrevia a purificação da mãe e a apresentação do filho primogênito.

Vem inadvertido. Trazem-no Maria e José, tal como eram trazidas tantas outras crianças no quadragésimo dia depois do nascimento.

O profeta Malaquias falara talvez d'Ele, quando perguntava: "Quem suportará o dia da sua chegada?, quem poderá resistir quando Ele aparecer?" (Mal 3,2)...

O Salmista falara a respeito d'Ele, enquanto cantava: "Levantai-vos, ó pórticos eternos... e entre o rei da glória"!

Entretanto, tudo decorre normalmente. O templo está em silêncio e ora, como de costume. Está penetrado, como sempre, como há tantos séculos, do mistério da presença do Deus da Aliança, de Deus que vem do Alto.

O templo parece não esperar uma outra yinda.

3. No entanto, ali está um homem que compreendeu. Um par de olhos que viram. Uma voz que exclamou.

Rompeu o silêncio do templo e exclamou.

São extraordinárias as palavras deste Ancião que falou, repleto do Espírito Santo.

Nas palavras de Simeão há um encontro do Antigo com o Novo. Da Promessa com a Realização. Por meio desta voz, Deus desce ao coração do seu Povo. Levanta as portas dos destinos eternos, e abre o seu tabernáculo terreno para os definitivos cumprimentos na eternidade. Na cidade de Deus. Na Jerusalém celeste.

Ali está o único sumo Sacerdote: o Sacerdote dos bens futuros, que com o seu Corpo e com o seu Sangue entrará no eterno Santuário, no Santo dos Santos do céu.

Este, pelo contrário, é o início do seu entrar. Precisamente hoje. Exatamente nesta apresentação do Primogênito, a qual prenuncia o sacrificio último e eterno.

Vem ao templo de Jerusalém Aquele que se tornou "um sumo sacerdote misericordioso e fiel no serviço de Deus, para expiar os pecados do povo" (Heb 2,17).

4. Exatamente isto vêem os olhos do velho Simeão. Exprimem-no as suas palavras. Isto é expresso, ainda que com palavras diversas, pela própria "Ana, filha de Fanuel... de idade muito avançada" (cf. Lc 2, 36). Ela, com efeito, "aparecendo

nessa mesma ocasião, pôs-se a louvar a Deus e a falar do Menino a todos os que esperavam a libertação de Jerusalém" (Lc 2,38).

E ela "não se afastava do Templo, servindo a Deus, noite e dia, com jejuns e orações" (Lc 2, 37).

5. A vossa vocação, caros Irmãos e Irmãs, deriva do testemunho de Simeão e de Ana. Deriva desta de modo particular, e por isso vos reunis precisamente hoje nesta múltipla comunidade das Ordens e das Congregações que se encontram em Roma. E, num certo sentido, representais aqui todos os religiosos e todas as religiosas das Igrejas no mundo inteiro

A vossa vocação, com efeito, apresenta certamente analogias com a vocação de Simeão e de Ana: como eles, chamados pelo Espírito Santo, vós reconhecestes o Senhor a quem vos doastes na oração e no sacrifício; como eles, depois de O terem reconhecido, d'Ele falais aos irmãos que esperam a salvação.

Com Simeão podeis repetir: "Os meus olhos viram a Salvação, que preparastes em favor de todos os povos: Luz para iluminar as nações e glória de Israel, Teu povo" (Lc 2, 30-32).

6. Como para ele, assim também para vós a vossa vocação nasceu da luz, que é Cristo. O vosso impulso a seguir a via dos conselhos evangélicos, surgiu do encontro interior com o amor redentor de Cristo: é mediante este amor que vós fostes chamados.

Quando, depois de ter fixado o olhar em vós, Cristo começou a amar-vos, o seu amor dirigiu-se a cada uma das vossas pessoas, assumindo ao mesmo tempo um caráter "esponsal": tornou-se um amor de eleição que abraça inteiramente o vosso ser, alma e corpo, pensamentos e afetos, na unidade irrepetível do "eu" pessoal (cf. Redemptoris Donum, 3).

Sem dúvida, todos os cristãos foram gratuitamente remidos por Cristo e são chamados a confessál'O diante dos homens, mas vós, com a profissão da pobreza, da castidade e da obediência, escolhestes doar-vos inteiramente ao vosso grande e soberano Senhor, à sua vontade e ao seu amor. E dentro em pouco, no decurso desta assembléia litúrgica, vós renovais publicamente as promessas da vossa profissão religiosa, para testemunhardes o Amor absoluto com o qual Cristo vos amou, e para reafirmardes a vossa absoluta determinação de O servir nos irmãos.

Os cristãos, empenhados nas várias tarefas sociais do mundo atual, têm necessidade de ter diante dos seus olhos o testemunho dos religiosos e das religiosas, que lhes recorde, mediante o empenho de total consagração a Deus, que a figura deste mundo passa! É o caráter da total separação que escolhestes e aceitastes e que deveis manter em vós, apoiando-vos unicamente no Senhor.

Vós muito bem o sabeis: para oferecer este testemunho, que o mundo aliás espera, a vida religiosa deve conservar a própria especifici-

dade, e todo o Instituto deve de modo especial conservar o próprio carisma, querido pelo Fundador. Nisto consiste "o ser sinal de contradição", segundo as palavras de Simeão; não certamente contra o homem, mas contra as atitudes inumanas da sociedade contemporânea; e nem tão-pouco contra os valores do mundo moderno, mas antes para realizar a sua salvação.

Para esta animação evangélica do mundo contribui também a forma peculiar de vida consagrada que é própria dos Institutos seculares, oficialmente reconhecidos pelo Papa Pio XII na Constituição Apostólica "Provida Mater Ecclesia", exatamente há quarenta anos, a 2 de fevereiro de 1947.

7. Vós, religiosos, constituís uma das maiores riquezas da Igreja, a qual tem necessidade da vossa presença. Graças a Deus, esta presença não falta na Igreja de Roma, que é a diocese do mundo mais favorecida neste sentido: sois de fato mais de 25.000 na diocese, com 330 Casas generalícias e mais de 300 Procuradorias ou Casas provinciais.

O vosso papel na diocese é de notável importância: o vosso estilo específico de viver o cristianismo é particularmente útil para sustentar o empenho da Igreja. Faço votos por que esse vosso serviço se oriente de modo especial para a preparação do Sínodo Romano, do qual todos nós esperamos frutos de renovação e de obras de caridade.

Este apoio que ofereceis à Igreja é devido, antes de mais, à consciência de pertencerdes a Deus mesmo em Cristo Jesus, Redentor do mundo e Esposo da Igreja, o Qual imprime de certo modo o próprio sigilo nos vossos corações, nos vossos pensamentos, nas vossas palavras e nas vossas ações. Este conhecimento amoroso de Cristo realizase e aprofunda-se cada dia mais, graças à vida de oração pessoal, comunitária e litúrgica, própria de cada Família religiosa.

Os religiosos e as religiosas que de entre vós são totalmente consagrados à contemplação, oferecem uma ajuda substancial e um apoio estimulante aos seus irmãos e irmãs devotados às obras de apostolado (cf. Redemptionis Donum, 8). Ao dirigir-me com confiança a estas almas dedicadas à contemplação, convido-as calorosamente a estar apegadas de maneira indefectível a esta vocação privilegiada e a aceitar-lhe as exigências da imolação quotidiana, na certeza de um serviço insubstituível, que elas prestam à Igreja para a evangelização e para a salvação das almas.

8 .No mundo contemporâneo, conturbado pela indiferença, pelas divisões, pelo ódio e pela opressão, a comunhão fraterna, arraigada e fundada no amor, é um exemplo eloquente da reconciliação universal em Cristo (cf. cân. 602).

Cultivai, portanto, com cuidado este amor fraterno: que as vossas casas sejam sempre oásis de paz e de acolhimento, sem exclusivismos ou marginalizações, na aceitação generosa das renúncias quotidianas. a qual requer a atmosfera de uma verdadeira vida fraterna.

Os homens hoje são particularmente sensíveis a este testemunho de amor fraterno, autenticamente vivido, que constitui também para os jovens um convite convincente a unirem-se a vós na vida que escolhestes.

A cidade moderna, onde o sentido do sagrado se debilitou de maneira notável, tem necessidade de
encontrar pessoas animadas pela fé
e pelo amor; e não é indiferente às
propostas que podem ser claramente identificadas. Não lamenteis, portanto, manifestar de modo visível a
vossa consagração vestindo o hábito
religioso, pobre e simples: é um testemunho silencioso, mas eloquente;
é um sinal que o mundo secularizado tem necessidade de encontrar no
seu caminho.

9. Conheço muito bem a preocupação dos vossos Institutos em querer estar presentes junto dos pobres, nos quais reconheceis a pessoa mesma de Cristo: por isto me congratulo convosco e me alegro. Todavia, terão a capacidade de compreender os pobres e de lhes servir de ajuda, só aqueles que realmente conhecem a pobreza e a vivem. Com a profissão religosa vós renunciastes livremente aos bens deste mundo; é por isso de grande importância que sejais desapegados destes bens e que eviteis, pessoal e comunitariamente, a busca exagerada das comodidades e dos meios custosos da vida

quotidiana. Não se pode viver de maneira pobre sem sentir concretamente o que significa ser pobre. Convido-vos, pois, a rever periodicamente a vossa vida sobre este ponto.

Maria constitua sempre o modelo por excelência da vossa vida consagrada na castidade, na pobreza e na obediência. Ela vos defenda, vos proteja e vos ajude a mostrar ao mundo o amor infinito de Deus por todos os homens!

10. "Luz" para iluminar as nações e glória de Israel, Teu povo" (Lc 2, 32).

"Sinal de contradição, a fim de se revelarem os pensamentos de muitos corações" (Lc 2, 34-35).

Em nossas mãos teremos os círios acesos.

Que eles dêem hoje um testemunho d'Aquele que é a luz do mundo.

Que eles falem também da luz, que com a Sua vinda, se acendeu nos templos dos nossos corações: a luz da fé, a luz da vocação.

Dirijam-se também a Maria, como o fez Simeão, no dia da apresentação de Jesus. Porventura, não é preciso que Ela, presente tão profundamente no mistério de Cristo e da Igreja, conheça de modo particular "os pensamentos dos nossos corações"? Amém.

Fidelidade. Reter o que é válido do passado, atualizando-o para assumi-lo criticamente. Abrir-se às perspectivas do futuro a partir dos desafios do presente. Fidelidade não é repetição cega do já conhecido.

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA PRESIDÊNCIA E CEP DA CNBB COM A DIRETORIA NACIONAL DA CRB

As 8h30m de 29 de outubro de 1987, na sede da CNBB, em BRASÍLIA, após a celebração da Eucaristia, deu-se início à Reunião Conjunta da Presidência e CEP da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Dom Paulo E. A. Ponte, Vice-Presidente da CNBB e encarregado pela CNBB para acompanhar a CRB e a Vida Religiosa no Brasil, abriu os trabalhos do encontro, dando as boas vindas a todos. Estão presentes, além de D. Paulo Ponte, os Srs. Bispos D. Jaime Chemello, D. Clemente J. C. Isnard. OSB, D. Frei Vital J. G. Wilderink, O. Carm., D. Aloísio Sinésio Bohn, D. Afonso Felipe Gregory, D. Vicente J. Zico, CM, e D. Antônio Celso de Queiroz, Secretário Geral da CNBB. A Diretoria Nacional da CRB se fez presente na pessoa de seu Presidente, Ir. Claudino Falquetto, FMS, e dos Diretores Ir. Adylles A. Rossato, ICM, Pe. Décio Zandonade, SDB, Ir. Maria Léa Ramos, FMA, Ir. Hilda Rosa, FPD, Ir. Antônio C. M. Ramalho de Azevedo, FMS, Ir. Zenilda Novais Rocha, CF, Pe. Fáblo Bertoli, SJ, Ir. Gertrudes Moreira, RA, e Pe. João Mac Dowell, SJ. Estiveram presentes também os seguintes Secre-

tários Executivos da CRB Nacional: Ir. Eliane de Callis, SDS, Ir. Nair Alves Cardoso, MNSD e Pe. Atico Fassini, MS. Participaram da reunião igualmente os seguintes Assessores da CNBB e Representantes de organismos ligados a ela: Ir. Maria Alba Vega, Pe. Dagoberto Boim, Pe. Pierre Primeau, Pe. Jorge Boran, Ir. Catarina P. de Figueiredo, Pe. Agostinho Castejón, SJ, Sub-Secretário Geral de Pastoral, Ir. Maria Sônia Müller, Ir. Antonello, Pe. Marino Bohn, Secretário da Cáritas, Pe. Nilo Buss, Ir. Neusa Simões, Frei Félix Neefjes, OFM, Inês Broshuis, Pe. Maurilio Maritano, Diretor do CENFI, Pe. José Arlindo de Nadai, Sub-Secretário Geral da CNBB, Pe. Carlos Coruzzi do POM, Pe. João Luiz Morgano, Frei Joel Postma, OFM, e Maria Aparecida Ferreira Pinto.

A coordenação da reunião foi entregue a D. Antônio Celso que passa a palavra a Ir. Claudino para que aborde o primeiro item da pauta. Ir. Claudino, antes de tudo, expressa sua alegria e a de toda a CRB por esta oportunidade de diálogo com os Pastores de nossa Igreja, a respeito de assuntos de interesse da Vida Religiosa no Brasil. Realça o clima de mútuo entendimento e colaboração reinante entre a CNBB e a CRB. Passa depois a explanar o primeiro item previsto para o encontro.

Estrutura e dinâmica da CRB: Ir.
 Claudino faz um pequeno histórico da

- CRB e um relato sobre sua estrutura e dinâmica, seus objetivos, prioridades e ação, acentuando de modo particular, a função da CRB, qual seja a de animar e promover a Vida Religiosa no Brasil.
- 2) IX Plano de Pastoral da CNBB: Pe. Agostinho Castejón, SJ apresenta uma síntese do que é o IX Plano de Pastoral, elaborado pela nova direção da CNBB para o próximo biênio. Decorre ele do Objetivo Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. Pe. Agostinho destaca algumas características do Plano, suas grandes linhas, setores de ação e situações pastorais que o Plano quer trabalhar.
- 3) Ajuda a Haiti, Angola e Moçambique: Ir. Claudino lembra que esse assunto já foi tratado em reuniões anteriores entre CNBB e CRB. Estava em pauta uma ajuda à Igreja no Haiti no sentido de lá se fundar uma Universidade Católica. A busca de ajuda entre Congregações que atuam nessa área, no Brasil, não encontrou eco até agora. Pensa-se antes, em ajudar a Igreja no Haiti, na linha da alfabetização popular, projeto mais urgente para aquele povo. As conversações, neste sentido, prosseguem junto a Congregações no Brasil. Algumas delas estão fundando Casas naquele país.
- 4) Acompanhamento de Congregações Brasileiras por parte dos Bispos: Ir. Adylles Rossato, ICM introduz o assunto, assinalando que mais de 90 Congregações já foram fundadas no Brasil, sendo muitas de direito pontifício ou diocesano, e estando outras ainda em fase de organização jurídico-institucional. A CRB tem muita preocupação com relação a todas elas, embora saiba que a sobrevivência e estruturação das

- que estão em fase de organização depende em muito dos respectivos Bispos Diocesanos. Algumas reflexões foram acrescentadas, por parte dos presentes. à explanação de Irmã Adylles,
 sobretudo em relação ao necessário discernimento quanto às condições de fundação, ao carisma, aos objetivos de tais
 grupos ou associações. Foi lembrado
 também um oportuno estudo de Pe. Jesus Hortal, SJ a esse respeito, publicado no COMUNICADO MENSAL da CNBB,
 nº 401, 1986, p. 857, bem como na revista CONVERGÊNCIA da CRB.
- 5) Áreas de atuação conjunta da CNBB e CRB: Pe. Atico introduz o tema. Refere-se ao clima de comunhão entre as duas entidades e se pergunta como se poderia firmar e ampliar uma atuação conjunta entre CNBB e CRB em diferentes áreas de interesse comum, como, p. ex., a Pastoral Vocacional, as Missões, o Presbitério, a Pastoral da Saúde, a Pastoral Educacional, etc. O diálogo que se fez em torno desse assunto revela a necessidade de sempre maior intercâmbio e colaboração, ressalvadas evidentemente as áreas e objetivos específicos de cada entidade. D. Antônio Celso aduz a questão da formação permanente, da atualização e da animação dos Presbíteros no Brasil, área na qual essa colaboração mútua se faz importante. A CRB, afirma D. Celso, poderia prestar valiosa ajuda nesse particular, dada sua longa e rica experiência em relação à animação dos Religiosos no Brasil.
- 6) Missões Projeto Missionário: Pe. Atico comunica que, em reuniões conjuntas anteriores, surgira a preocupação com relação a uma possível ajuda aos Missionários que partem do Brasil para áreas de missão no exterior ou para

situações missionárias no próprio Brasil. O assunto vem sendo tratado com a Linha 2 da CNBB. O CERIS está colaborando no caso, através do encaminhamento de uma pesquisa junto a Dioceses e Congregações, para se saber quais as que estão enviando missionários, e que tipo de ajuda esperam da CNBB e CRB em vista de uma maior capacitação desses mesmos missionários.

- 7) Informe da CPT sobre a violência no campo: Pe. De Nadai apresenta um dossiê elaborado pela CPT a respeito do problema, bem como um álbum de fotografias de casos de assassinato por questões de terra, sobretudo no sul do Pará e norte de Goiás.
- 8) Informe do CIMI: O Sr. Antônio Brand, Secretário Nacional do CIMI, apresenta a situação vivida atualmente pelo CIMI. Trata-se de uma situação de incompreensão e perseguição desencadeada contra o CIMI por poderosas forças políticas e econômicas interessadas nos territórios e subsolo indígenas. Analisa o encaminhamento da questão indigena junto à Constituinte. Comenta o fato da expulsão de missionários de territórios indígenas. Fala igualmente da CPI instaurada para investigar a origem e autoria dos falsos documentos e declarações infundadas publicados contra o CIMI numa série de reportagens do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO. Há uma campanha difamatória violenta, desencadeada, parece, por empresas mineradoras. O que está em causa porém, não é só o CIMI diretamente, e sim a Igreja toda no Brasil, em virtude de sua atuação pastoral e visão crítica da realidade. O que interessa a tais forças negativas é desgastar a Igreja como tal. Comenta igual-

mente um decreto governamental recente que estabelece a distinção entre indios aculturados e não-aculturados, distinção essa interesseira e prejudicial aos próprios indígenas em seu conjunto. Afirma que a questão indígena é cada vez mais uma questão ética, no sentido de que o índio é um votado à morte. É preciso então, que a Igreja assuma cada vez mais o destino desses povos. O CIMI vem fazendo tudo o que pode pela causa indígena. E mesmo diante dessa onda de perseguições, não pode recuar de seu projeto de serviço à causa da sobrevivência livre e digna de nossos índios.

Ao meio dia se encerrou a presente sessão da reunião conjunta. A tarde, a reunião prosseguiu somente com a presença de D. Paulo, D. Antônio Celso e D. Vicente Zico, por parte da CNBB, e dos Diretores e Secretários Executivos da CRB Nacional. Outros itens da pauta foram então analisados. São três os pontos:

 a) Manutenção de Religiosos(as) inseridos(as) a serviço de Dioceses: a Irmã Gertrudes expõe a situação, por vezes difícil, vivida sobretudo por algumas Religiosas a serviço da pastoral diocesana ou paroquial que não são condignamente remuneradas. A situação se torna mais difícil ainda para aquelas que estão inseridas em meios populares, desempenhando com muita dedicação e sacrifício, um trabalho de Igreja. Esse problema preocupa a CRB e merece a atenção dos Srs. Bispos e Párocos. Trata-se de uma situação relativamente nova, surgida da maior inserção na Igreja Local por parte do Congregações Religiosas hoje. Outra questão ligada a esta, é a da função assumida por Religiosas na direção de

Paróquias ou de outras estruturas eclesiásticas ordinariamente confiadas ao clero. Essa "clericalização" da Religiosa ou, eventualmente, de Religiosos, tem suas consequências sobre o específico da Vida Religiosa tida como carisma dentro da Igreja e não como função hierárquica. D. Celso reconhece esses problemas todos, e manifesta seu profundo desejo de ver, um dia, todo e qualquer ministério, dentro da Igreja, exercido na gratuidade. Isso exigiria a busca de novas formas de subsistência para essas pessoas. Neste sentido, Religiosas e Religiosos também poderiam dar sua colaboração à ação eclesial, de forma gratuita, buscando os meios de sobrevivência num trabalho profissional. Acrescenta que a Igreja, no Brasil, jamais poderá dispensar o serviço de Religiosas e Religiosos. D. Paulo lembra. por outro lado, que hoje, quanto mais alguém se põe a serviço da pastoral, sobretudo a popular, tanto menos tempo lhe resta para buscar sua sobrevivência em outras atividades. Ir. Claudino, por sua vez, alude à questão da relação do Religioso com o mundo do trabalho. Entre os Religiosos, sobretudo os inseridos em meio popular, sente-se a necessidade de se viver próximo ao povo também nesse aspecto da vida, o trabalho. Isso, não por razões exclusivamente econômicas, mas sobretudo como forma de testemunho. Irmã Hilda volta à questão: se se trata de trabalho remunerado, a Religiosa que trabalha na pastoral, a serviço de uma Paróquia ou Diocese, também deve ser condignamente remunerada porque esse é seu real trabalho. Essas questões todas, tratadas com serenidade e responsabilidade, merecem a atenção dos Srs. Bispos, Párocos e Superiores Maiores, l'embra Ir. Claudino, sugerindo que tais problemas sejam tratados em reuniões

conjuntas entre Bispos e Superiores Maiores, como o prevê o MUTUAE RELATIONES. Essas reuniões conjuntas, a nível regional, poderiam preparar a médio prazo, uma assembléia de Bispos e Superiores Maiores a nível nacional, para tratar da Vida Religiosa em relação à Igreja no Brasil. Outra possibilidade para se discutirem esses assuntos é levá-los ao conhecimento dos Srs. Bispos e Superiores Maiores através de Circular conjunta da CNBB e CRB e introduzí-los, em forma de comunicado, na Assembléia Geral dos Bispos.

- b) Campanha da Fraternidade de 1988: D. Celso se refere ao assunto, realçando a oportunidade e seriedade do tema, bem como o grande esforço da CNBB para superar dificuldades surgidas em relação à CF-1988. Pe. Atico acrescenta que a CRB Nacional, através de sua Equipe de Reflexão Teológica, está preparando um pequeno texto que servirá de subsídio para a reflexão dos Religiosos sobre o tema da CF-1988 em relação à Vida Religiosa. D. Celso faz uso da oportunidade para propôr que se envie a Dom Erwin Krautler, Presidente Nacional do CIMI, vítima de recente acidente automobilístico e alvo de incompreensões e perseguições, um telegrama de solidariedade. Todos apoiaram a proposta.
- c) Datas de Reuniões Conjuntas da CNBB e CRB em 1988: Ir. Claudino afirma que essas reuniões são de enorme interesse. Habitualmente são feitas duas ao ano: uma coordenada pela Presidência da CNBB, na sede da CNBB, em Brasília, e outra, coordenada pela Presidência da CRB, na sede da CRB, no Rio de Janeiro. Foram fixadas as seguintes datas para as Reuniões Con-

juntas em 1988: a 24 de junho, na sede nacional da CRB, no Rio de Janeiro, e 28 de outubro, na sede da CNBB, em Brasília.

As 16 horas, nada mais havendo, D. Paulo dirige calorosa palavra de agradecimento a todos. Ir. Claudino igualmente agradece a atenção e disponibilidade de nossos Pastores. Encerrouse assim, a presente Reunião Conjunta, marcada por um palpável clima de fraternidade, compreensão e comum preocupação pela causa da Igreja no Brasil.

BRASÍLIA, 20 de outubro de 1987.

Pe. Atico Fassini, MS Secretário "ad hoc".

COMUNICADO DO CONSELHO PERMANENTE DA CNBB

"A SERVIÇO DA VERDADE, DA JUSTIÇA E DA VIDA"

Conselho Permanente da CNBB, em sua 19ª reunião ordinária, analisando a conjuntura penosa que o Brasil atravessa, deseja reafirmar sua esperança no processo democrático e na atuação da Assembléia Nacional Constituinte. A Igreja, de há muito, assumiu posições públicas e notórias em favor das transformações indispensáveis para a consolidação de uma democracia amplamente participativa na qual todos, especialmente os pobres e humilhados, tenham seus direitos respeitados e possam viver uma vida compatível com sua dignidade de filhos de Deus. A elaboração da nova Constituição é o momento privilegiado para a criação de instrumentos jurídicos que abram caminhos para esse amplo processo participativo

e transformador, o que só será possível se os Constituintes colocarem os interesses da Nação e o bem do povo acima dos seus interesses pessoais e de grupos ou blocos. Conscientes de que nenhuma transformação social é sólida e duradoura se não fundada em grandes valores morais e religiosos, a Igreja lutou pela defesa da vida contra os abortistas, pela defesa da família contra os divorcistas, pela liberdade de ensino contra o laicismo estatizante, pela defesa de uma autêntica Reforma Agrária e justa distribuição do solo urbano, pela defesa dos direitos dos trabalhadores contra todas as discriminações, pela liberdade da atuação dos missionários, pela defesa de todos os oprimidos contra os interesses de privilegiados e corruptos. Foi o bastante para que se levantasse contra ela uma reação surpreendente num momento em que se pretende abrir espaços para o pluralismo democrático. Acusada de trair a soberania nacional, a Igreja foi caluniada, usando-se para isso de documentos forjados, e foi surpreendida pela divulgação de textos, onde sua atuação pastoral é distorcida como ingerência indevida nas responsabilidades do Estado. Quanto à sua ação pastoral em favor das populações e regiões mais carentes, queremos lembrar, neste ano de seca, o que dissemos em 1983 no documento sobre a realidade do Nordeste brasileiro: "O problema do Nordeste não é só a falta de água, de chuva ou a seca". Não é uma questão apenas climática, mas sim, uma questão política. Constatamos, infelizmente, que, quatro anos depois, praticamente nada mudou no que diz respeito à grave situação do Nordeste. Recordamos também que a Igreja tem repetidamente insistido sobre a urgência e a abrangên-

cia de uma autêntica Reforma Agrária. Prova dessa urgência é a multiplicação dos acampamentos e ocupações por parte dos agricultores sem terra. A doutrina católica não é contra a propriedade, mas sim a favor de que ela seja estendida a todos. Esta posição da Igreja é radicalmente diversa da posição de pessoas e organizações como a UDR (União Democrática Ruralista), que defendem como direito absoluto uma escandalosa concentração de terra pela apropriação de grandes latifundios, excluindo assim do acesso à propriedade da terra aqueles que querem dela viver e nela trabalhar. Editando essa atitude em clara oposição aos ensinamentos sociais da Igreja, alertamos os cristãos a que não participem dessas entidades que, além do mais, vêm atacando sistematicamente trabalhadores rurais e religiosos e obstruindo o caminho da democratização da sociedade brasileira. Quanto à ação missionária da Igreja, reafirmamos o seu compromisso de apoiar e defender a vida em plenitude, particularmente a vida ameaçada dos povos indígenas. A eles renovamos a nossa solidariedade, na defesa intransigente de seus direitos. Alertamos para os perigos de uma integração forçada na sociedade majoritária, onde fatalmente se encontrarão em condições de inferioridade, e estimulamos as comunidades indígenas a se organizarem sempre melhor. Aos missionários junto aos povos indígenas, todos integrantes do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) - Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos -, e a seus organismos de assessoria e animação, em nível nacional e regional, manifestamos nossa admiração e apoio, incentivando-os, em nome de Jesus Cristo Libertador, a que não desanimem e não se deixem intimidar,

pois assim como O perseguiram, também agora perseguem a Igreja missionária (cf. Jo 15, 20). Especialmente a nosso Irmão no Episcopado, Dom Aldo Mongiano, Bispo de Roraima, alvo de calúnias absurdas, lamentavelmente endossadas em documentos do Conselho de Segurança Nacional, queremos expressar nosso fraterno apoio, lembrando que o próprio Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão oficial do Ministério da Justiça, já o isentou de todas as acusações reiteradamente feitas: "Afasto, pois, em relação à Diocese de Roraima qualquer outra inspiração que não a motivação aqui exposta de evangelização", são os termos do relatório. Apesar deste reconhecimento, permanecem expulsos os missionários arbitrariamente retirados do convívio das comunidades indígenas a que serviam. A toda a sociedade, em especial aos pobres de nossa terra, pedimos que não se deixem influenciar pela campanha contra os povos indígenas e a Igreja, e mantenham o espírito de Jesus Cristo que nos faz irmãos. Pedimos, ainda, que em nome desta fraternidade assumam gestos concretos de apoio aos irmãos índios. Os que lutam contra a ação transformadora da Igreja não percebem, infelizmente, que caminham contra a história. Todos os povos que hoje atingiram níveis de decência democrática tiveram que enfrentar as tentativas de obstrução de seus esforcos emancipadores. Nos países onde os canais democráticos foram abertos, esta emancipação se fez por via pacífica; onde eles foram obstruídos, ela se fez pela vitória revolucionária. Tentar repetir esta última experiência no Brasil é caminhar para uma insensatez absolutamente inútil e perigosa. A Igreja lastima a distorção maliciosa de suas

intenções. Conscientes de suas humanas limitações, procura empenhar-se
sinceramente, mesmo se através de métodos e de estilos diferentes, na promoção das justas transformações que preparem um Brasil digno e saudável. Seu
empenho não se alimenta em pretensões
de prestígio ou de poder, nem se inspira em ideologias, mas se funda na
sua fé em Deus, na sua fidelidade ao
Evangelho e no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e do valor
de uma convivência social fraterna. Brasília, DF, 27 de novembro de 1987.

(In NOTICIAS, Boletim Semanal da CNBB, n.º 48, de 26/11/1987)

ENCONTRO DA DIRETORIA E SECRETÁRIOS EXECUTIVOS NACIONAIS COM OS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS EXECUTIVOS REGIONAIS DA CRB

BRASÍLIA, 1 a 4 de novembro de 1987

Realizou-se em Brasília, no belíssimo ambiente do Instituto Israel Pinheiro, dos Padres Salesianos, na data de 1 a 4 de novembro de 1987, mais um Encontro anual da Diretoria e Secretários Executivos Nacionais com os Presidentes e Secretários Executivos Regionais da CRB. Ao todo, 51 pessoas tomaram parte da reunião, provenientes da Nacional e das 17 Regionais da CRB.

Os objetivos do Encontro eram:

a) incrementar a unidade, a integração e corresponsabilidade entre as equipes dirigentes nacionais e regionais da CRB;

- b) avaliar as atividades nacionais e regionais da CRB em 1987;
- c) programar as atividades para 1988.

Do Encontro também fez parte uma manhã de espiritualidade em que "Maria, a Profetisa de Javé" esteve no centro da reflexão e da prece.

Liturgias, momentos de oração, de reflexão e convívio foram se alternando nas horas do Encontro, de maneira muito proveitosa e fraternal.

Uma visita à CNBB, prejudicada em parte por uma greve de motoristas de ônibus de Brasília, fez parte do contexto do Encontro.

Durante os trabalhos foram elaboradas 3 cartas enviadas:

- à Presidência do CIMI, alvo de infquas perseguições ultimamente;
- aos Superiores Maiores em cada Regional da CRB, sobre sua participação nas atividades e Assembléias da CRB;
- aos Coordenadores dos Núcleos Diocesanos da CRB, sobre a importância de seu trabalho ali realizado.

O panorama das atividades realizadas pela CRB, Nacional e Regionais, explanado no Encontro, é imenso. Diante dele, e diante das expectativas e desafios por ele veiculados e lançados pela Vida Religiosa à CRB, hoje, foi feita perspicaz análise. Ela foi elaborada pelo Pe. João Edênio dos Reis Valle SVD, membro da Diretoria Nacional da CRB e Vice-Presidente da CLAR, e segue em texto anexo.

O Encontro foi considerado muito positivo, na avaliação final. Dele todos salram mais animados a levar adiante a missão da CRB: animar e promover a Vida Religiosa no Brasil.

(Segue o texto das três cartas e o da análise feita pelo Pe. Edênio.)

Pe. Atico Fassini, MS Assessor da Diretoria Nacional

PRIMEIRA CARTA

À PRESIDÊNCIA DO CIMI SDS ED. VENÂNCIO — 3º ANDAR — SALAS 311/314

Brasília, 04/11/87

"Felizes serão vocês quando os outros os insultarem e perseguirem, quando disserem contra vocês toda espécie de calúnias por causa de mim. Alegrem-se e exultem porque receberão uma grande recompensa no céu. Pois foi assim que eles perseguiram os profetas que existiram antes de vocês."

(Mt 5,11-12)

Prezados irmãos,

Nós, membros da Diretoria Nacional e das dezessete Regionais da Conferência dos Religiosos do Brasil, reunidos em Brasília, de 1º a 5 de novembro de 1987, a fim de revermos nossas atividades e acertarmos novas linhas de aprofundamento da dimensão profética da Vida Religiosa, sentimo-nos interpelados pelo Senhor a manifestar-lhes nossa inteira solidariedade nesse momento em que vemos recrudecer os ataques caluniosos contra o evangélico posicionamento do CIMI ao lado dos povos indígenas, cada vez mais marginalizados e até destruídos por pseudo-defensores da Nação brasileira que se vestem de patriotismo para defender tão;

somente seus interesses econômicos e ideológicos.

Queremos manifestar nossa repulsa a essa campanha que, na verdade, visa atingir a Igreja e Agentes seus.

Sentimos também que, num momento tão grave de nossa história política e econômica, tal movimento difamatório procura distrair e confundir a opinião pública, no intuito de enfraquecer os avanços da Constituinte em favor dos primeiros habitantes destas terras.

Ao expressar nosso apoio aos que fazem o CIMI, unimo-nos igualmente a todos os missionários, entre os quais muitos religiosos irmãos nossos, cuja atuação contribui para a construção de uma verdadeira comunhão nacional, no respeito à diversidade de culturas e etnias.

Com vocês alimentamos a esperança de que o Senhor da História exercerá a força de seu braço na defesa dos pequenos e dos que lutam pela justiça.

Em comunhão fraterna.

(seguem as assinaturas)

SEGUNDA CARTA

Brasília, 4 de novembro de 1987

ESTIMADOS(AS) SUPERIORES MAIORES:

Nós, os membros da Diretoria Nacional, Presidentes e Secretários(as) Executivos(as) das 17 Regionais do Brasil, reunidos em Brasília, sentimos a necessidade de partilhar com vocês as nossas preocupações e esperanças.

Reconhecemos que o ministério da coordenação e animação da Vida Religiosa em sua Congregação e Província exige um enorme empenho e dedicação.

Sabemos também das dificuldades encontradas para o exercício deste serviço aos nossos irmãos. A CRB consciente desta situação vem prestar-lhes o seu apoio e solidariedade.

A condução da CRB, que congrega todos(as) os(as) religiosos(as) do Brasil é de responsabilidade primeira dos Superiores Maiores dos quais, nós, como Diretoria Nacional e Regionais, somos seus representantes.

Permitimo-nos expressar aqui uma preocupação que aflorou em nosso encontro e que achamos significativa: a considerável ausência de Superiores Maiores nas Assembléias Regionais e mesmo na Nacional. Este fato vem trazendo dificuldades às Diretorias nas tomadas de decisões e na programação da Vida Religiosa para os nossos irmãos.

A CRB somos todos nós, mas as Assembléias Nacional e Regional são de responsabilidade primeira dos Superiores Maiores.

Solicitamos, outrossim, que na Regional onde sua Província ou Congregação
não tem a Sede Geral ou Provincial, designe um representante permanente,
através de carta enviada à Diretoria Regional e às Regionais, para representálo(a) nas Assembléias com direito a
voto e poder de decisão, sempre que
não puder estar presente.

Estimados(as) Superiores Maiores, além disto, queremos aproveitar desta oportunidade, para agradecer sua colaboração que sua Congregação e Provincias vêm prestando à Nacional e às Regionals, sem a qual não teríamos condições de levar avante a animação da Vida Religiosa no Brasil.

É pensamento da CRB reduzir, cada vez mais, a porcentagem de ajuda de Organismos do exterior e de assumirmos, por nossas próprias forças, a responsabilidade de nossa sobrevivência.

A nossa última palavra é de grande solidariedade para com todos os nossos Superiores Maiores, agradecendo a confiança que em nós depositaram e prometendo ser fiéis ao mandato que nos legaram em nome do Senhor Jesus.

Saudações fraternas.

Diretor-Presidente

TERCEIRA CARTA

Brasília, 4 de novembro de 1987

AS COORDENAÇÕES DOS NÚCLEOS DIOCESANOS DA CRB

Queridos(as) Irmãos(as):

Nós, Diretoria Nacional da CRB, Presidentes e Secretários Executivos das Regionais, reunidos no Encontro anual em Brasília — de 01 a 05.11.1987 — avaliando a caminhada da Vida Religiosa nas nossas Regionais, sentimos o valor de sua presença na animação dos (as) Religiosos(as) no seu Núcleo. Por isso, segue nossa palavra fraterna de apoio e agradecimento por seu empenho e serviço gratuito.

Convictos de que o testemunho de libertação e de seguimento mais radical acontece exatamente nas bases, onde vivem e trabalham nossas irmãs e irmãos religiosos(as), reconhecemos a importância da sua presença na Coordenação deste Setor.

A metodología de descentralização adotada na CRB Nacional e Regionais amplia suas atribuições e responsabilidades e exige novas formas de animação e coordenação. Porém, acreditamos na capacidade da Equipe que se dispõe prestar este serviço à Vida Religiosa do seu Núcleo e desta forma vivenciar, mais profundamente, a "DIMENSÃO PROFÉTICA DA VIDA RELIGIOSA" — Prioridade que, indubitavelmente, nos ajudará a construir o Reino de Deus nesta terra.

Fraternas saudações dos(as) participantes do Encontro.

ANTE O QUADRO DE ATIVIDADES DA CRB

COMENTÁRIOS

Edênio Valle, SVD Brasília, 1-5 Nov. 1987

O Encontro anual de Presidentes, Secretários (Regionais), Diretoria e Executiva (Nacional) da CRB traçou, em seus dois primeiros dias, um quadro geral das atividades realizadas pela CRB nos Estados e no país, ao longo do ano de 1987. Aos participantes foi dada uma rica visão de conjunto das realizações, seja nas áreas de trabalho que já podemos considerar "tradicionais" (Formação, Equipe Teológica, Superiores Gerais, Saúde, Educação, Cetesp, Cerne, Profoco...), seja nos "novos" campos de atuação (Irmãos, Direção Espiritual, Psicologia). Mostrou, também, que em 2 áreas prioritárias (Ad Gentes e Comunicação) estamos praticamente na estaca zero. Esta apresentação inicial propiciou:

Uma percepção (não um diagnóstico e revisão) mais clara da dinâmica interna da CRB e das relações entre a Nacional e as Regionais (e vice-versa).

Reconhecimento da repercussão das atividades e da metodologia das atividades da Nacional (Seminários, Cerne...) no nível das Regionais.

Nos plenários e nas reuniões por Regionais afins foram feitos comentários e levantados pontos e debates de importância para se ver com mais lucidez este quadro amplo e complexo com seus novos desafios. A este respeito são apresentadas aqui algumas considerações que servirão eventualmente para fazer avançar a análise da situação e o encaminhamento de possíveis medidas e correções em um panorama geral da VR sem dúvida marcado mais pelo positivo e pelo espírito de serviço à Causa do Reino, onde se vê uma CRB que está buscando acompanhar o ritmo e a dinâmica do que os Regiosos(as) vivem pelo país afora.

- OBSERVAÇÕES AMPLAS

01. Sintonia de fundo e áreas de resistência e tensão

É inegável a existência de uma crescente e paulatina sintonia de fundo no
conjunto da VR brasileira. A identidade e a missão da VR na Igreja do Brasil vão assumindo contornos e feições
mais definidas. Há uma prática nova
(um "modo novo de ser") cuja espiritualidade e estilo se tornaram mais claros e amadureceram na medida em que
iam adquirindo mais consistência evangélica e histórica.

As prioridades do triênio cujo eixo é o profetismo da VR, vivido e "agido"

desde um compromisso cada vez mais estreito com a causa e a realidade dos pobres, parecem estar propiciando à VR o estímulo necessário ao avanço que as gritantes necessidades do povo e as metas pastorais da Igreja exigem da VR nesta atual conjuntura do país. A CRB "estrutural" (Diretorias e Secretariados com seu leque de iniciativas e atividades) tem procurado e conseguido acompanhar a caminhada rápida das "bases", isto é, dos núcleos e dos religiosos em posições de ponta, mantendo e aprimorando sua atribuição básica que é a de animar, promover e coordenar o todo da VR. Há, porém, alguns pontos aos quais se faz mister prestar mais atenção:

A evolução da VR se dá de maneira acelerada, confrontando os religiosos e as comunidades com situações novas e desafiadoras, tanto nas áreas de inserção avançada nos processos sociais e nos meios populares, quanto nas áreas "tradicionais" atingidas em cheio por processos mais amplos da sociedade em câmbio (caso da educação e da saúde). Certos aspectos e significados "qualitativos", de interesse comum, não estão sendo adequadamente captados, compreendidos e discernidos por todos e pelo conjunto da VR. Por vezes, nem os próprios irmãos e irmãs atingidos por este processo estão sendo capazes de perceber e assumir as implicações atuais e futuras das experiências e das decisões e encaminhamentos.

Há setores da VR que por diversas razões parecem resistir a conquistas e mudanças de si já tranquilas e adquiridas. Sem perceber a importância destas mudanças para a revitalização do Carisma da VR na Igreja e na Sociedade, são relativamente muitas as Con-

gregações e os Religiosos(as) que dão sinais de confusão, perplexidade, medo e recusa ante o "modo novo de ser Religioso". Entre os mais jovens e lancados em direção ao nosso modelo, preocupa o número grande de desistências de junioristas. De outro lado, embora as atividades propostas pela CRB tenham quase sempre problemas de superlotação, há um segmento que parece não participar delas. Uma das maiores Regionais do país tinha apenas 30% dos Superiores Maiores presentes em sua Assembléla de 1987. Será sinal de que tudo val bem, ou de cansaço, desinteresse, e insatisfação veladas?

A grande diversidade de situações e condições das Congregações, das Regionais e dos próprios Religiosos(as) parece indicar a necessidade de formas diferenciadas na condução das atividades. É preciso considerar, por exemplo, as situações, os processos internos, as possibilidades e dificuldades tão distintas existentes, por exemplo, nas Regionais de Manaus e de São Paulo. Além disto, grupos de Religiosos, como os inseridos, pedem estrutras e métodos de acompanhamento e apoio diferentes dos que se deve dar aos educadores e aos da área da saúde. Esta diversidade de situações poderá ter influência nas programações e na metodologia da Nacional e das Regionais, se devidamente individuada e analisada.

02. Há uma nova conjuntura de Igreja

A chamada "Nova República", embora pouco tenha de "nova" de um ponto
de vista político-social-econômico-cultural crítico, caracteriza um momento distinto da história do país. Tal situação,
com suas ambigüidades inevitáveis, incide sobre a vida interna da Igreja e

sobre sua função em relação à sociedade brasileira (vide ponto 3).

Internamente, seja no plano internacional, carregado de evoluções significativas, seja no plano nacional, detecta-se certa tensão e indefinição quanto às orientações e à atuação da Igreja na realidade. A direção recém-eleita da CNBB e as Diretrizes já aprovadas para o próximo quadriênio garantem, sem dúvida, a continuidade da proposta evangelizadora da Igreja. Mas, há mudanças internas e externas que tornam mais problemática a maneira concreta de implementar o objetivo geral da ação pastoral da Igreja. Tal indefinição se torna mais evidente em certas regiões, mas diz respeito à Igreja toda. Exemplos e indícios: objeções surgidas quanto à Campanha da Fraternidade de 88; anseios expressos no Il Encontro Nacional de Presbíteros; sensibilidades novas que emergem aqui e ali, ora na linha do avanço, ora do retrocesso. A saída em São Paulo, neste ano, de cerca de 300 junioristas é indicativa de uma vacilação no seio da VR. A inserção e a opção pelos pobres se consolidaram; contudo, as indefinições do momento presente e as posições de setores da Igreja e da hierarquia parecem tornar mais conflitiva uma caminhada já de si carregada de contraditoriedade. Trata-se aqui de algo diferente do neoconservadorismo constatado desde alguns anos, seja na VR, seja na Igreja, seja, ainda, na própria sociedade apesar do processo de democratização presuntivamente em curso.

03. A conjuntura do Brasil

O país, de um lado, vive uma abertura política, um período menos autoritário e mais participativo, que, talvez, viabilize o aparecimento e a organização de novas forças sociais e gere a possibilidade de uma mudança democrática mais consistente e duradoura. Contudo, é patente que:

Existe uma reaglutinação das forças conservadoras e reacionárias sob a égide de um neo-liberalismo adequado ao modelo modernizado do capitalismo brasileiro, cada vez mais dependente e transnacionalizado. Na Constituinte estes grupos assumiram o controle decisório, não obstante concessões na área dos direitos sociais e trabalhistas. O objetivo parece ser o de garantir a modernização econômica e política do modelo.

As forças populares conscientes experimentam desalento e se desarticulam.
Há uma cooptação de grupos populares
por parte de setores liberais-conservadores. A dureza da resposta reacionária à ação política dos setores populares (caso da UDR) tem provocado recuos em muitos contextos. As massas
urbanas e rurais se mantêm largamente
apáticas no campo político, assustadas
também com as consequências da crise
econômica (arrocho, desemprego).

No campo político popular a unidade anterior (devido ao inimigo comum) cedeu lugar a certa luta interna pela hegemonia, colocando muitos movimentos nascidos das CEBs e das pastorais de vanguarda (CPT, PO) ante desafios novos. A articulação de movimentos, sindicatos, partidos se torna problemática com "rachas" contínuos (ex. CUT — CONCLAT).

Partidos e governo apresentam-se sem credibilidade e sem base.

Esta situação de impasse (da instituição política e das forças em jogo) influi na definição dos rumos da ação pastoral. A redemocratização brasileira e a reorganização da sociedade civil, escondem em seu bojo um processo de (relativa) do espaço de atuação e influência da instância religiosa. Se antes, no período militar, a Igreja se tornou uma espécie de guarda-chuva da sociedade civil e porta-voz do povo e dos grupos oprimidos, ela agora, nesta fase de abertura (relativa), já não goza da mesma importância no cenário brasileiro. Sua função social (à qual ela não pode renunciar por força de sua missão evangelizadora) se torna menos clara e sua presença passa a ser contraditada por vários segmentos importantes da sociedade, tanto à direita, quanto à esquerda. As posições do chamado "Forum Educacional" ao defender radicalmente um modelo de ensino público, gratuito e laico é um claro exemplo da postura política que evidenciam bandeiras secularizadas as quais questionam a Igreja em sua ação educativa, por mais que a Igreja queira agir na linha da opção pelos pobres. Há aqui várias contraditoriedades não esclarecidas na prática da Igreja e que tocam de perto os Religiosos(as).

As classes médias brasileiras (que na 1ª República foram objeto de uma opção preferencial por parte da VR) também são atingidas pela instablidade da conjuntura. Oscilando entre a indignação, que pode levar à oposição política radical, e o conformismo oportunista, estas classes parecem estar redefinindo suas relações com a Igreja e o espaço que aí lhes caberia. De um lado, através de movimentos como o carismático, a classe média reocupa as Igrejas (em

1987, no Morumbi, a Renovação Carismática reuniu 150 mil pessoas, sem contar com nenhum apoio dos Bispos e das Paróquias). De outro, à porta dos colégios católicos, país e professores se unem para reivindicações comuns que põem os Religiosos(as), como proprietários, contra a parede, premidos por contradições de um grupo social com o qual convivia em harmonia de interesses até pouco tempo atrás. Outros setores destas classes partem para a agressão às propostas da Igreja (caso de muitos na UDR), ou emigram para outras religiões ideologicamente mais afins aos seus objetivos.

Enquanto isto, as necessidades básicas da população marginalizada continuam desatendidas e sem perspectivas reais a curto e médio prazo.

Nascem deste quadro muitas perguntas que angustiam Religiosos(as) e levantam questionamentos à nossa ação comum, intermediada pela CRB: a Igreja ficará firme em sua opção pelos pobres? Os Religiosos(as) já comcprometidos: como se comportarão e como serão vistos pela Igreja? A VR, ainda largamente condicionada por uma estrutura e mentalidade não populares, manter-se-á fiel às instituições evangélicas que a vêm modificando graças a uma fidelidade maior ao seguimento de Jesus no compromisso (inserido ou não) com os empobrecidos, ou recuará em sua proposta de Vida Religiosa compromissada?

II --- OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE AS ATIVIDADES DA CRB

01. CRB Nacional e CRB-Regionais

Há indícios de que precisamos repensar a articulação entre ambas, definir melhor as atribuições de cada uma e continuar avaliando a metodologia nova proposta pela Nacional (descentra-lização, efeito multiplicador dos Seminários, relação mais com os Regionais que com as Congregações na seleção e indicação dos participantes).

É tranquilo para todos que à Nacional cabe a tarefa de animar e organizar o todo, garantindo a unidade e respeitando a diversidade. À CRB-Nacional, através de sua Diretoria e de seu Executivo, cabe o trabalho imprescindível de acompanhar os processos, secundar os esforços e suprir as lacunas das Regionais. Tem um papel insubstituível no aprofundamento dos temas unitários sem os quais a missão e a vida dos Religiosos(as) chegarão ao esvaziamento. Para exemplificar: a "Nova Evangelização"; a Inserção como um processo particular que interessa a todos; a conversão à Palavra de Deus, como um exercício coletivo da VR; a espiritualidade, etc.

Esta tarefa está sendo desenvolvida a contento, mas o próprio exito na execução provoca a necessidade de rever o que se faz e o como são executadas nossas atividades. Com o fortalecimento dos Regionais dão-se exigências e criam-se possibilidades novas que precisam ser implementadas. A irrupção das bases na CRB (cada vez menos uma Conferência de "Superiores Maiores"), estão ocasionando uma realidade dinâmica e vital à qual os canais "tradicionais" das Regionais e da Nacional, já não conseguem dar resposta eficaz. Os relatórios mostram que já existem respostas criativas (ex. os Mini-Cernes; o Famenor do Regional da Bahia) e que a descentralização já é uma realidade. Contudo, sente-se a necessidade de maior participação e criatividade, de uma divisão de trabalho subsidiária (certas atividades só a Nacional
pode levar avante, outras deveriam passar às Regionais). Por que não se pensar em treinamentos de lideranças locais pela Nacional, no uso de videocasettes para possibilitar a multiplicação dos Seminários Nacionais, em Seminários inter-regionais sob a responsabilidade de uma Regional, mas com a
presença efetiva de representantes da
Executiva Nacional? Etc.

02. A inserção numa fase nova

A inserção nunca foi um fenômeno único. Existiu sempre sob modalidades variadas e desiguais. Para não tornar o termo incolor e descaracterizado deve-se, contudo, dizer que sempre teve um denominador comum com 2 pólos de definição. O 1º e mais importante pólo é a inserção real nos meios populares, nos bairros, trabalhos, interesses que são diretamente do "povo", entendido com aquele grupo social do qual estávamos antes estruturalmente separados e distantes. Quase como decorrência deste processo de mudança do lugar social surge um estilo, um modo novo de viver uma vocação que é permanente. Este modo traz consigo rupturas comportamentais e ideológicas. Ele gera uma experiência de vida pessoal e comunitária que não é possível nas outras situações da VR. Especialmente, nasce aí - para todos os Religiosos(as) — uma espiritualidade evangélica fecunda e questionadora, centrada no seguimento de Jesus presente nesta realidade de miséria que Deus não quer por que é contradição ao Reino. Esta espiritualidade libertadora é exigente e requer conversão contínua. Uma de suas dimensões novas e

não suficientemente trabalhada é a do seu significado, enquanto compromisso e solidariedade política com as classes oprimidas.

Mudança sociológica tão expressiva não podia dar-se sem tensões. Estas tensões persistem no que têm de histórico e estrutural, pois independem de processo internos da VR. Mas são vividas de maneira já bem diferente da que experimentávamos há apenas alguns anos:

São muitas as Congregações que, na surdina e sem tantas oposições internas, começam a encaminhar seus membros ou sua formação na linha da inserção. Há mais segurança, mais calma, menos superficialidade e improvisação. As que chegam já encontram o apoio e a experiência das que as precederam. Há os mártires que iluminam!

Aumenta o número de Congregações masculinas que assumem esta forma de viver o projeto evangélico da VR. Também Congregações clericais se repensam desde esta experiência original e fecunda (ex. dos Franciscanos do Piaul e Maranhão, contado por Frei Henrique).

A organização dos inseridos, nos Núcleos e Regionais ganha força e aderência ao real. Os GRIS têm uma posição interessante de captação e escuta e não de direção. A ação recente do GRI-GRF mostra que a instituição CRB pode e deve entrar subsidiariamente, com proveito para a VR e para os Religiosos(as).

A inserção continua trazendo questões não respondidas. Quem dela participa vive "crises" que precisam ser acompanhadas e que não o são dado o isolamento e dada a força das experiências subjetivas vividas na inserção
(caso dos que fazem a experiência política e aprimoram a crítica ideológica,
inclusive à própria Igreja e VR). A saída
de 300 junioristas em São Paulo tem a
ver (parcialmente!) com esta crise.
Quem conhece por dentro a inserção
sabe muito bem como nem tudo é entusiasmo e crescimento.

Há a necessidade de se respeitar e de se criar distintos modelos de inserção. Continuamente as bases são ameaçadas pelas imposições que vêm de 2 lados: dos centros de poder e dos grupos de vanguarda que já estão mais à frente.

03. Os desafios da formação

Os relatórios mostraram um gigantesco esforço no campo da formação inicial e permanente. Podem ser ressaltados alguns aspectos:

O "Juniorado" parece representar a fase mais problemática do arco formativo. No caso dos homens coincidiria com a "filosofia".

A inserção como experiência de vida e de Deus pela mediação do pobre continua sendo uma fonte de inspiração e de questionamento que precisa ser retomada pelos grandes cursos da CRB (Cetesp, Seminários) e por suas publicações. O que se faz em Recife por ex. encaminha bem a articulação e reflexão dos inseridos, mas não está ainda equacionando bem o efeito disto sobre o resto da V.R. e sobre a formação. Há muito a refletir, a integrar, a encaminhar.

Não estamos sabendo (fora da experiência da inserção) relacionar adequa-

damente o lado cognitivo (formação intelectual e para a ação pastoral) com
o lado vivencial. Talvez se requeiram
estruturas e situações formativas distintas para um e outro objetivo. Parte
só a Congregação pode fazer; parte
precisa de iniciativas intercongregacionais que partam da CRB.

04. Entrosamento da CRB com outros organismos

A CRB evidentemente não é uma grandeza isolada. Situa-se em uma Igre-ja e em uma Sociedade representada por inúmeros organismos vivos e instituições com as quais a CRB deve se relacionar, salvaguardada sua função específica:

No campo da educação (a formal como a popular) há situações nas quais a CRB se relaciona bem com a AEC, sindicato, etc., e outras nas quais isto não está acontecendo. A tensão entre a educação formal (escola) e a exercida nas comunidades populares persiste no todo, embora também aqui há Regionais que já estão encaminhando soluções.

Com a relação à CNBB, em nível Nacional há bom entendimento. A evolução dos fatos em Dioceses ou grupos de Dioceses indica possíveis turbulências que pedem à CRB um relacionamento novo com estas áreas e problemas. Tanto mais que é provável o aumento destas tensões.

Foi levantado o caso sintomático de ex-religiosos que, após o abandono da V.R. reconhecida, mantêm seus objetivos pessoais de serviço à Igreja com a aprovação de Bispos ou de Grupos. Não se deve assumir posições precipitadas ante este fenômeno indicativo de

evoluções que são de grande interesse para a redefinição da VR na Igreja do Brasil.

A relação da V.R. com os Movimentos Populares e as tendências sindicais e políticas solicita a atenção da CRB. A formação política dos Religiosos se torna imprescindível e passa a ser uma condição importante para o esclarecimento de nossa vocação religiosa e do que ela pede como compromisso político que leve à uma real libertação.

Na área ecumênica, em geral nos temos omitido como CRB. A ênfase na Pastoral Social está abrindo pistas novas como a do trabalho ecumênico realizado em Salvador em prol do menor carenciado e abandonado (Famenor).

Os grandes programas governamentais, seja na área econômica, seja na social, precisam ser analisados criticamente pelos Religiosos(as). Especialmente na hipótese da manutenção, nos próximos anos, de uma abertura democrática efetiva, teremos governos popularistas (no país todo ou nos Estados clientelistas), ávidos por cooptar a Igreja e os setores populares.

A relação entre Religiosos(as) apostólicos e Religiosos(as) contemplativos não pode ser esquecida. O Profoco é apenas uma iniciativa. Outras se fazem necessárias.

SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO NA INSERÇÃO

O Seminário Nacional de Formação na Inserção, realizado em S. Paulo, de 25 a 30 de outubro de 1987, foi a concretização de um projeto feito pelos dois grupos de Assessoria da CRB Na-

cional: o Grupo de Reflexão para a Formação e o Grupo de Reflexão para a Inserção.

Concebido em 1986, esse Seminário foi trabalhado e preparado durante as reuniões de 1987, com a participação das comunidades religiosas que responderam a nosso apelo e enviaram os relatórios das experiências significativas na área da Formação na Inserção, material sobre o qual se procedeu o VER do Seminário.

Recebemos 18 relatos de experiências: todos eles muito vivos e expressão do esforço e da busca das Congregações em vista de uma resposta ao que parece ser "sinal forte dos tempos" para a VR no Brasil. Nosso agradecimento a todas as comunidades que partilharam conosco a sua vivência: esse é o elemento fundamental para a reflexão e o encaminhamento de metas e de propostas.

O Seminário contou com a Assessoria dos Padres Rogério de Almeida
Cunha, SDB, membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional, e
Antônio Netto, SJ, membro da Equipe
de Formação da CLAR. Além deles, estava presente Ir. Lucília de Freitas,
SSD, como representante da CLAR.

Foram dias de trabalho intenso, de reflexão, de troca de experiências, de convívio fraterno e de partilha das esperanças, anseios, medos, inseguranças e fé, manifestados no relacionamento simples, confiante, profundo; nas celebrações muito vividas e participadas, como expressões da espiritualidade encarnada dos grupos das Regionais da CRB, todas elas representadas no Seminário.

Na avaliação final, um ponto comum se destaca: todos vieram procurando um pouco de LUZ e a encontraram, ao menos para iluminar os passos mais próximos ou confirmar a prática já existente.

Não se pode negar que a Formação seja a prioridade maior das Congregações: condição de prosseguimento e de sobrevida. Ela continua um desafio. Este Seminário não deu a resposta, mas, levantando novos questionamentos, põe as perguntas sobre a situação das vocações populares, sobre a fase do juniorato, sobre a questão do mundo do trabalho.

Reproduzimos aqui a carta que os participantes deste Seminário enviam a todos os Superiores do Brasil, às Casas de Formação, como elemento de diálogo e de comunhão: DO SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO NA INSERÇÃO.

Aos prezados Superiores Gerais e Provinciais, Formadores e Formandos das Comunidades Inseridas.

Fraternas saudações.

Somos 60 religiosos, formadoras e formadores de comunidades inseridas nos meios populares, vindos de todo o Brasil, e reunidos no Seminário Nacional de Formação na Inserção, que se realiza em São Paulo de 25 a 30 de outubro de 1987. Representamos inúmeras outras comunidades formadoras inseridas e fomos enviados pelas 17 Regionais da CRB. Queremos partilhar algumas das nossas descobertas, buscas e esperanças.

Este Seminário veio em resposta aos anseios expressos na XIV AGO da CRB/1986. Foram dias de partilha, de oração, de reflexão e de escuta aos apelos de Deus.

Sentimos que nós, religiosos inseridos, não podemos nos considerar melhores do que os outros religiosos não inseridos. Sentimos fortemente o apelo da conversão ao Deus que salva e liberta, que acolhe os pequenos, que usa meios fracos e simples, que destina seu Reino aos pobres, que faz com que os pobres redimam o pecado do mundo. Da mesma forma sentimos o apelo da conversão aos pobres e oprimidos, ao povo sofredor das periferias e do campo.

Sentimos, como apelo de Deus, a necessidade de uma VR inserida nos meios populares. A caminhada até aqui feita dá-nos a serena convicção de que ela é sem retorno. É na inserção que pode ser recriado um novo modo de ser da VR, em sintonia com a caminhada da Igreja nesta mesma busca, a partir do Vaticano II, Medellín e Puebla. Estamos convictos de que é preciso cultivar um carinho e um zelo particulares para com a formação NA inserção e PARA a inserção em todas as suas etapas.

Em nossa partilha e reflexão ficou claro que esta formação possui algumas características peculiares:

- O povo entra como agente formativo, enquanto nos ensina a olhar o mundo a partir da ótica dos pobres; nos ajuda a cultivar os valores evangélicos e nos desafía para uma missão libertadora a partir de suas necessidades e lutas.
- As raízes culturais das vocações populares devem ser respeitadas, de tal

forma que se conserve a identidade cultural na diferença de carismas, e de serviços.

- A inserção nos meios populares nos coloca mais diretamente em confronto com os desafios do mundo do trabalho e dos trabalhadores.
- A inserção favorece uma releitura atualizada do carisma congregacional.
- A inserção nos educa e nos leva a maior identificação com o povo e com os pobres.

Igualmente, em nossa troca de experiências e reflexões, ficou bem acentuado que essa formação NA e PARA a inserção tem algumas exigências desafladoras:

- Trata-se de cultivar o seguimento à pessoa e à prática de Jesus Cristo, tendo bem presente o seu mistério pascal.
- Exige-se formar para a missão no meio do povo, missão que seja libertadora e específica do ser religioso (não mera atividade pastoral).
- Desafia para uma espiritualidade que se abre para a fraternidade do amor transformante de Deus, que cultiva as dimensões ética e profética da experiência de Deus e que se traduza num compromisso radical de entrega, de serviço, assumindo as perseguições, calúnias e até o próprio martírio.
- Requer uma vida em comunidade voltada para a missão e para a escuta e discernimento dos apelos de Deus na História.
- Supõe o cultivo e a integração da pessoa, especialmente na sua dimensão humana e afetiva, em vista de uma personalidade forte, livre e resistente.

- Orienta o estudo para que seja feito a partir do povo e em vista da missão junto e a favor do povo; desafia para um estudo crítico e para uma capacitação que contribua efetivamente para o processo de libertação do povo.
- Interpela para a importância do trabalho como elemento formativo e para a nossa presença no mundo do trabalho.

Permanecem ainda muitas incertezas e questionamentos quanto ao jeito e à maneira concreta de realizar essa formação inserida, pois o caminho não está pronto. Isto nos coloca numa atitude de contínua busca e de abertura.

Agradecemos o apoio e o incentivo manifestados na XIV AGO da CRB por parte dos Superiores Provinciais e Gerais com relação à formação inserida. Esperamos, neste clima de comunhão e participação, que a formação inserida seja cada vez mais assumida como uma prioridade na Vida Religiosa do Brasil.

Manifestamos nosso sentimento de apoio e solidariedade às comunidades formadoras inseridas nos meios populares.

Com muita estima, nossa saudação,

Participantes do Seminário

Irmã Elza Ribeiro

CERIS: 25 ANOS DE SERVIÇO À IGREJA NO BRASIL

Nos dias 11 e 12 de novembro de 1987, o CERIS promoveu, em sua sede, um Seminário comemorativo de seus 25 anos de fundação. No Seminário se tratou de avaliar o sentido, os objetivos e funcionalidade do CERIS em relação à Igreja no Brasil.

Dele tomaram parte, além de sua Presidência, Diretoria e Chefes de Departamentos, alguns Bispos mais diretamente ligados à entidade, bem como o Presidente e um Secretário Executivo da CRB Nacional. O Diretor Geral de CEBEMO, órgão da Igreja Católica na Holanda, para a ajuda externa na promoção humana, e seus Representantes no Brasil, também marcaram presença nesse evento.

Num clima informal, carregado de amizade e alegria, o Seminário levantou novas pistas de serviços que o CERIS pode prestar no interesse da Igreja no Brasil.

A CRB, de cujo Departamento de Estatística o CERIS, com o apoio da CNBB, surgiu, sente-se honrada com os altos préstimos que o organismo oferece aos Religiosos e à Igreja em nossa terra.

E parabeniza a Direção do CERIS pelos trabalhos realizados, com rigor científico e espírito eclesial, e pelo 25º aniversário da entidade ocorrido a 1º de outubro de 1987.

CONVERGÊNCIA se une a esses sentimentos e, embora com atrazo, faz questão de aqui publicar um histórico do CERIS, elaborado pela Secretaria Geral desse organismo.

1. O SEU NASCIMENTO

 A) Necessidade para Igreja de um serviço de coleta de dados: o Plano de Emergência.

De dois a cinco de abril de 1962, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, celebrando os dez anos de sua instituição, realizou no Rio de Janeiro a sua V Assembléia Ordinária. Nessa reunião os Bispos tinham ainda o principal objetivo de elaborar um piano de trabalho para a Igreja no Brasil, consoante fora pedido pelo Papa João XXIII a todos os Bispos do Continente em 1958 (discurso ao CELAM, em 15 de novembro de 1958) e em 1961 (carta ao Episcopado Latino-Americano de dezembro de 1961): "Um plano que atendesse às especiais condições da Igreja no Continente e que indicasse as medidas a serem tomadas, a curto e a longo prazo, no campo específico da ação pastoral da Igreja e também no que lhe cabe como atuação no campo econômico-social". (Ver "Plano de Emergência", pág. 6). Buscavam uma primeira racionalização conjunta no encaminhamento das atividades da Igreja no país, demarcando prioridades e instituindo mecanismos para detectá-las e conduzi-las. Era um planejamento mínimo que passou a ser chamado de "Plano de Emergência".

De imediato os Bispos sentiram a necessidade de um serviço permanente de estudo sistemático da realidade sobre a qual queriam atuar. Diziam eles: "Entre as resoluções básicas a firmar nesta V Assembléia Ordinária da CNBB figura o compromisso de procurar afazer-nos a basear nossa atividade pastoral em sondagens objetivas e estudos sociológicos". Registravam. a seguir, a dificuldade que se originava do fato de não existir então um amplo levantamento da situação religiosa do Brasil, com dados objetivos e estudos sociológicos. É interessante observar que os Bispos, àquela época, ao denotarem

a necessidade de um major conhecimento da realidade sobre a qual atuarem já percebiam a fragilidade de uma política de ação relacionada com as chamadas obras sociais e insistiam em novos critérios de ação: "Vivemos em torno de realizações em si louváveis e de elevada benemerência, mas nem sempre dentro de uma hierarquia de valores — exigência maior em nossos dias. Cuidamos mais de abrir creches e patronatos do que de combater as raízes do mal. Preocupamo-nos mais em distribuir alimentos, inclusive da Caritas, do que de utilizá-los em favor da melhoria de nossas obras, como ponto de apoio para uma modificação de nossa estrutura sócio-econômica".

É no contexto de uma análise da situação da Igreja no Brasil, do seu modo de atuar e de suas necessidades que os Bispos decidem criar o CERIS: "Incluímos, entre as primeiras preocupações do nosso Plano, a criação do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), em face da impossibilidade em que nos achamos de apresentar um quadro objetivo da situação de nossa Pastoral. Além do mais, acrescentam os Bispos, o CERIS nos permitirá contato direto e permanente com a Conferência dos Religiosos do Brasil, muito dentro de uma perspectiva realista e cristã do meio brasileiro".

B) Ato de criação do CERIS

Em 1954 a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) foi criada e, concomitantemente, o Departamento de Estatística dos Religiosos. Esse Departamento, que inicialmente fazia parte integrante da CRB e era dirigido pelas Irmãs de Jesus Crucificado, mais tarde

seria de muita importância, quando da criação do CERIS, pois como núcleo inicial serviu para a constituição desse novo órgão, agora das duas Conferências. A 1º de outubro de 1962 o CERIS foi criado e aprovado o seu primeiro Estatuto. Tratou-se de um ato conjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), ambas representadas por seus dirigentes máximos, os seus Presidentes e Secretários Gerais e demais membros das Diretorias. Os atos dessa solenidade estão consignados no I Livro de Atas das Assembléias do CERIS, folhas de 1 a 4.

C) Outros fatos da história do CERIS

Transcorrido quase um ano da sua criação, precisamente em novembro de 1963, foi nomeado o primeiro Diretor-Executivo na pessoa do sociólogo Pe. Affonso Felippe Gregory, Pe. Gregory, em seu primeiro ano de gestão, tomou a peito duas determinações: a organização interna do CERIS e a aquisição de uma sede própria. Assim, ainda em 1963, foi criado o Departamento de Pesquisas Sócio-Religiosas e, em dezembro de 1964, o Departamento de Pesquisas Sócio-Econômicas. Ambos com o veterano Departamento de Estatística Religiosa formaram os três Departamentos com que, em seus inícios, organizou-se o CERIS. A 27 de dezembro de 1964 foi inaugurada a sede própria, localizada num prédio novo adquirido e finalizada a sua construção para essa finalidade. O ato de inauguração revestiu-se de grande solenidade, contando com a presença do Sr. Núncio Apostólico, dos Presidentes da CNBB e CRB e de diversos Senhores Bispos. Dela participaram igualmente grupos de sacerdotes com especialização em Sociologia, acorridos ao Rio de Janeiro de diversas regiões do país para um encontro promovido pelo CERIS. Ainda na ocasião tomou posse a primeira Assembléia deste Centro e sua Diretoria (Ver I Livro de Atas da Assembléia, folhas de 5 a 6).

Em anos subsequentes, janeiro de 1966 e junho de 1967, foram criados mais dois Departamentos, dentro de necessidades bem concretas e emergenciais da época: o Departamento de Coordenação das Pesquisas do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB e o Departamento de Coordenação das Agências Regionais do CERIS. O primeiro originou-se de uma especial incumbência cometida ao CERIS por parte da CNBB no sentido de executar um elenco de 19 pesquisas, previstas no Programa 1 do Plano de Pastoral de Conjunto. O ingente esforço exigido da Casa, a mobilização de pessoal especializado para o Programa, aconselhou a criação desse Departamento que, para os objetivos a que se propunha, foi de duração temporária. O Departamento das Agências Regionais, também de curta duração, esteve condicionado às fases de organização e constituição definitivas de organismos próprios de assessoria na área de atuação de cada Regional, seja da CNBB quanto da CRB.

2. AS ATIVIDADES DO CERIS

Em seus primeiros anos de atividades este Centro dedicou-se preponderantemente à coleta e à elaboração de dados estatísticos sobre a Igreja e a estudos de caráter sociográfico. Mais adiante ampliou a sua faixa de atividades no sentido de um conhecimento mais profundo da realidade brasileira através de pesquisas na área sócio-eco-

nômica e sócio-religiosa, como no campo da assessoria à implantação de projetos na área da promoção humana. A título de exemplo vale mencionar, para essa fase inicial, a publicação pelo CERIS em 1966 do primeiro Anuário Católico conjunto CNBB-CRB. Na área das pesquisas sócio-religiosas sobressai o trabalho de realização dos 19 projetos de pesquisas programados pela CNBB em seu Plano de Pastoral de Conjunto, de 1966 a 1970. No campo sócio-econômico foram inúmeras os pesquisas descritivas da realidade do Nordeste brasileiro, como o Movimento de Natal, um diagnóstico econômico-social de Sergipe, levantamento sócio-econômico da Diocese de Crateús, estudo interpretativo das organizações sociais católicas da cidade de Salvador, plano de promoção humana da Diocese de Crateús, etc., citando tão-somente o que se relaciona com a região nordestina.

A década de 60, período de realização e pós-realização do Concílio Vaticano II, representou uma época no Brasil de intensa movimentação e atualização de organizações da Igreja, iniciando novas experiências e movimentos de atuação pastoral, toda uma ebulição a que o CERIS esteve presente com pesquisas, assessorias várias, cursos intensivos, conferências, análises de projetos sociais e pastorais, consultorias técnicas, elaboração de documentos sobre temas específicos, bem como coleta e interpretação de dados estatísticos referentes à situação da Igreja em geral ou sobre tópicos particulares (Seminários, laicização do Clero, distribuição de recursos humanos, ensino católico, catequese, rádio-difusão católica, etc...). Foi todo um ciclo de atividades que, talvez, por suas características peculiares de atuação da Igreja no

Brasil em busca de maiores informações da realidade para fundamentar a
sua ação, tenha se prolongado até por
volta de 1970-1975, fazendo coincidir,
no CERIS, com a realização da pesquisa sobre Obras Sociais. A partir daí,
como marco de referência, inicia-se uma
fase que é de maior envolvimento com
os grupos e agentes sociais, procurando-lhes maior participação e capacitação. Como exemplo desse período
mais recente valem as atividades elencadas no escrito mimeografado "As Atividades do CERIS nos dois últimos
anos".

Ainda na fase inicial das atividades da Casa, tomamos como gratificante aprovação e reconhecimento da seriedade de seus trabalhos o convite insistente e aceito a que uma equipe do Departamento de Estatística implantasse nos organismos centrais da Santa Sé, m Roma, o mesmo serviço de coleta e elaboração de dados nos moldes realizados por este Centro.

3. A ATUAL ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CERIS

À medida que as atividades da Casa vieram assumindo um novo direcionamento e consistência, a sua organização interna também reestruturou-se. Assim hoje temos tão-somente dois Departamentos: Estatística e Pesquisa. Este último engloba os setores sócioreligioso e sócio-econômico, que, nos tempos iniciais do CERIS, constituíam departamentos à parte. Ainda no Departamento de Pesquisa estão compreendidos o Serviço de Análise de Projetos e o Serviço de Apoio a Miniprojetos. Compõem este Departamento cinco profissionais, quatro sociólogos e um economista, sendo dois em tempo in-

tegral. Cada um é responsável por um setor, tendo o Departamento como um todo um Diretor. Estes profissionais muitas vezes se deslocam para o local das atividades, expressando uma dinâmica funcional que atende às exigências dos trabalhos. Ademais, o Serviço de Análise de Projetos, implantado para realizar um serviço em escala nacional, tem como norma na emissão de seu parecer técnico, efetuar uma visita "in loco" a cada projeto estudado. Neste sentido, através dos anos, o CERIS estabeleceu contato e vínculo profissional com um número significativo de pessoas e profissionais em todo o Brasil e que trabalham para nós quando solicitados. Não são, assim, membros do nosso quadro regular de pessoal, mas são parte integrante do trabalho. Ainda, na medida em que novas atividades foram surgindo, tornou-se possível não só envolver este grupo seleto de pessoas nos trabalhos em curso, mas transformar a própria atividade numa possibilidade de contatar outros profissionais técnicos para opinar em assuntos de sua especialidade quando necessário. São atividades para as quais exige-se um profissional que tenha, além da habilidade técnica, uma significativa sensibilidade sociai.

O Departamento de Estatística compõe-se de três setores, em base à divisão do universo que anualmente é levantado: Circunscrições Eclesiásticas, Institutos Religiosos Masculinos e Institutos Religiosos Femininos. Trata o primeiro das Dioceses e seus Bispos, do Clero Secular e seus Seminários, das Paróquias e Diáconos Permanentes. O setor dos Religiosos levanta os dados de cada Instituto Religioso Masculino existente no País, o número de seus membros, os dados pessoais de cada

religioso, as sedes de governo, número, abertura e fechamento de casas, e suas finalidades. O Setor das Religiosas ocupa-se dos Institutos Religiosos Femininos igualmente sediados no País, as suas sedes de governo, suas casas e finalidades, o número de religiosas, seu aumento e decréscimo. Tanto no Setor de Religiosos, como naquele das Circunscrições Eclesiásticas, além do movimento das pessoas, aumento e decréscimo, faz-se ainda o levantamento das ocupações de cada agente, sua data de nascimento, nacionalidade, ordenação e emissão de votos, e Instituto e Diocese de pertença. O pessoal do Departamento de Estatística compõe-se fundamentalmente de três funcionários, um responsável de cada setor, havendo um quarto como responsável e Diretor do Departamento como um todo.

Além dos dois Departamentos Operacionais básicos, o CERIS ainda conta em seu funcionamento interno com o concurso de setores auxiliares: secretaria, contabilidade, biblioteca e serviços gerais, que podem ser englobados na categoria Administração. Tais setores auxiliares contam com um total de 10 funcionários (bibliotecária, secretária, contadora, três datilógrafas, recepcionista, contínuo, zelador e cozinheira). No momento a Administração não possui um responsável exclusivo, sendo a tarefa de coordenação exercida pelo Diretor-Executivo com a assessoria do economista do Departamento de Pesquisa.

O conjunto das atividades-meios e atividades-fins do CERIS estão sob a coordenação geral de seu Diretor-Executivo. O exercício dessa coordenação geral é levado a cabo em articulação

com o Departamento de Pesquisa. Cumpre esclarecer que no momento o Diretor-Executivo acumula as funções de Chefe do Departamento de Estatística.

4. ORGANIZAÇÃO JURÍDICA (ESTATUTÁRIA)

O CERIS é uma sociedade civil, filantrópica, com personalidade jurídica e objetivos culturais, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1962 pela CNBB e CRB.

O órgão máximo de direção e decisão do CERIS é a Assembléia Geral, composta de seus sócios fundadores e de novos sócios admitidos pela própria Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria ou de pelo menos 3 sócios efetivos, previamente aprovados pela CNBB. Atualmente a Assembléia Geral do CERIS conta com 39 sócios. A CNBB, a CRB e a Arquidiocese do Rio de Janeiro estão permanentemente representadas na Assembléia Geral do CERIS através de seus responsáveis máximos.

É a Assembléia que aprova em sua reunião anual ordinária os relatórios e planos anuais do CERIS, com seus respectivos balanços e orçamentos. Compete ainda a ela eleger, a cada três anos, entre os seus membros, a Diretoria (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro) e o Conselho Fiscal (três membros e suplentes). A Diretoria reúne-se quatro vezes ao ano para acompanhar os trabalhos da Casa e deliberar sobre os relatórios e planos a serem apresentados à Assembléia Geral. Ao Tesoureiro e ao Conselho Fiscal, com um membro indicado pela

CNBB e dois eleitos pela Assembléia, compete acompanhar o desenvolvimento dos orçamentos, registros e relatórios financeiros.

Compete ainda à Diretoria do CERIS indicar e nomear, de comum acordo com a CNBB, referendada pela Assembléia Geral, o Diretor-Executivo do CERIS, com mandato de três anos, passível de renovação.

O Diretor-Executivo indica e nomeia os Chefes de Departamento (com aprovação da Diretoria) e com eles constitui a Junta Executiva do CERIS.

O Patrimônio do CERIS é constituído de bens imóveis, donativos, renda de seus serviços, subvenções, auxílios e contribuições de entidades ou particulares. O CERIS tem duração ilimitada só podendo ser dissolvido mediante resolução de seus sócios, em Assembléia Geral Extraordinária, para tal fim especialmente convocada, com voto de ao menos dois terços dos sócios presentes.

Em caso de dissolução, o patrimônio do CERIS reverterá para a CNBB ou entidade congênere a ser escolhida pela Assembléia Geral.

Vale ainda acrescentar alguns aspectos do estatuto jurídico do CERIS ligados à natureza filantrópica, sem fins lucrativos, e à sua personalidade de sociedade civil:

1. A Diretoria e o Conselho Fiscal não podem ser remunerados, o CERIS não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados. Seu eventual superávit é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

- Os sócios do CERIS, a Diretoria,
 Conselho Fiscal e Junta Executiva não respondem pelas obrigações sociais da Entidade.
- 3. Os sócios não adquirem direito algum sobre o patrimônio do CERIS.

Finalmente, com relação aos vínculos do CERIS com a CNBB, cumpre acrescentar ao que já foi esclarecido acima o seguinte: O CERIS é um dos organismos-anexos da CNBB, ao lado do IBRADES, CARITAS, CPT, INP, entre outros. O CERIS, através de seu Diretor-Executivo, participa como assessor da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB, que se reúne mensalmente em Brasília.

Rio	de	Janeiro,	outubro	de	1982.	

A Igreja não coloca a sua esperança nos privilégios oferecidos pela autoridade civil; ao contrário, ela renunciará ao exercício de direitos legitimamente adquiridos, onde constar que seu uso coloca em dúvida a sinceridade de seu testemunho ou as novas condições de vida exigirem outra disposição, Gaudium et Spes, 76e.

Duas perguntas

Qual é, mesmo, a missão primária, própria, específica da Igreja?

Não tenha dúvida: ontem como hoje, em qualquer cultura e civilização, a missão primária, própria e específica da Igreja é EVANGELIZAR, ou seja, anunciar a pessoa, a vida, a mensagem e o mistério de JESUS CRISTO. Instaurar o Reino de Deus no coração da pessoa e nas estruturas da sociedade. Uma missão essencialmente religiosa.

Então, a missão da Igreja é a-histórica, desencarnada dos problemas concretos e vitais da pessoa e da sociedade?

Nada disto. Se, por um lado, a Igreja não pretende administrar a sociedade, nem assumir atividades políticas, não opta por partidos, grupos ou sistemas, não propõe modelos alternativos de sociedade, não é agência de desenvolvimento econômico, político e social, por outro lado, a incidência de sua missão no temporal é servir a todos os que assumem as responsabilidades do bem comum, fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade, em sintonia e coerência com as exigências da ética cristã e humana, denunciar as sociedades incompatíveis com a visão evangélica, indicar caminhos e apresentar princípios, em vista de uma sociedade mais justa e fraterna. A Igreja intervém, portanto, firmemente, no temporal, na história. Não é e nunca foi a-histórica, não-encarnada. A missão da Igreja transcende os valores terrenos mas os incorpora e os postula como substrato e suporte indispensáveis (Pe. Marcos de Lima, SDB).

CAMPANHA DA FRATERNIDADE: 1988 A FRATERNIDADE E O NEGRO

Convergência entrevistou o Irmão Israel José Nery (lassalista), Assessor Nacional da CNBB para a Campanha da Fraternidade e para a Catequese. O Tema de 1988 é A FRATERNIDADE E O NEGRO, e o Lema OUVI O CLAMOR DESTE POVO.

- 1. Convergência: Irmão Nery, quais os motivos que levaram a CNBB a escolher, em maio de 1986, o tema A FRATERNIDADE E O NEGRO para a CF de 1988?
- Irmão Nery Ao se escolher o tema da CF, o que é realizado com dois anos de antecedência, faz-se um levantamento de sugestões, por ccasião da avaliação da CF, logo após a Páscoa do ano em curso. Em vista de 1988, as sugestões foram realmente muitas em torno do tema O NEGRO, e as principais motivações alegadas foram as seguintes: a) o centenário da Lei Aurea; b) a discriminação que o negro sofreu e continua a sofrer no Brasil, em todos os setores, inclusive na própria Igreja; c) a ligação explícita que o tema tem com a Libertação, que é tema central na teologia e na pastoral no Brasil. Em 1986 estávamos fortemente marcados com as duas "Instruções" sobre a TL e com a Carta do Papa ao Episcopado Brasileiro; d) a continuidade, que o tema de 1988 possibilita, do processo
- de evangelização libertadora, de conversão e caridade, assumido pela CF desde seu início em 1964, e com maior clareza a partir de 1973.
- 2. Convergência: Por que a CNBB escolheu o lema "Ouvi o clamor deste povo" e não outro, sobretudo um que o Movimento de Agentes de Pastoral Negros insistentemente havia solicitado?
- Ir. Nery Logo após a escolha do tema foi feita uma lista de possíveis lemas, totalizando 30. Com base na frase para a CF sobre o Menor, inspirado num texto bíblico, se desejava um lema para 1988 a partir da Bíblia. Escolheuse então o lema "Muitas raças, um só Povo" tendo como fonte o Apóstolo São Paulo em Col 3,11-15; 1Cor 12,13; Gl 3,28 e Rom 10,12. Um mês depois (junho), o CIMI apresentou um forte argumento contra o lema escolhido. Uma reflexão sobre o termo "raça", em antropologia física, aconselhou o seu não uso no lema, pois tinha a

ver com critérios de sangue, tamanho do cérebro, raça superior e inferior, etc. Outra reflexão sobre a
expressão "um só povo" indicava
o possível uso, pela ideologia vigente, contra os povos indígenas, reforçando a política do governo de
não reconhecer-lhes o status de
povos.

Novas sugestões foram chegando. E dentre os 72 possíveis lemas, começou a cativar a simpatia a frase "De que cor é a pele de Deus?". Logo que foi provado ser este texto parte de uma canção do movimento "Viva a Gente" e, sobretudo, por não obedecer ao critério de referencial bíblico, o lema foi abandonado. Muitos abaixo-assinados se acumulavam sobre dois lemas propostos pelos Agentes de Pastoral Negros: "Povo Negro, Povo Irmão" e "Negro: clamor por Justiça". Havia mesmo exigências para que o termo "Negro" aparecesse no lema, a exemplo de CFs anteriores como Saúde, Menor, Trabalho, Vida, etc. A Presidência da CNBB e a CEP resolveram em setembro voltar à pesquisa bíblica e então com base no Exodo foi escolhida a frase "Ouvi o clamor deste Povo". Apesar de o termo "Negro" não aparecer na frase, o lema foi bem aceito por muitos grupos negros. Alguns grupos resolveram porém, utilizar, como slogan alternativo para a CF-88 "Negro: clamor por justiça", e outros ficaram com o lema "muitas raças, um só povo". Isso porém, pode ocasionar dificuldades quanto à unidade que sempre se deseja com a CF. É indubitável, porém, a riqueza da frase da CNBB, tanto no contexto do Exodo como da situação

de escravidão que o povo negro viveu no Brasil e da opressão atual da massa de oprimidos, entre os quais, sobretudo os negros.

3. Convergência: Como ocorreram os concursos nacionais para LETRA, MÚSICA e CARTAZ?

Ir. Nery — A escolha do lema, em setembro de 1986, atrasou, evidentemente, o concurso de letra, lançado em outubro. Mesmo assim, 32 concorrentes enviaram suas contribuições. No fim de janeiro de 1987, uma equipe, em Brasília, analisou os poemas enviados. A maioria das letras não tinha nada a ver com a Missa para a Quaresma de 1988 e o tema da CF. Tentou-se ao máximo respeitar as orientações do concurso e aproveitar as melhores letras. Logo em seguida os textos foram divulgados para o concurso de música. Como era de se esperar, houve reações quanto ao conteúdo das letras, até mesmo com algumas pressões para se romper com o concurso já realizado e se fazerem outras letras. A CNBB não aceitou, acatando porém, a sugestão de se trabalhar um pouco mais as letras escolhidas, aproximando-as mais do tema da CF-88 e da Quaresma.

Alguns grupos negros acharam restritiva a orientação dada no concurso de música quanto à importância de se levar em conta o estilo e ritmo afro em algumas das canções da CF. Desejavam que se insistisse na música afro para todos os cantos da Missa.

Chegaram à CNBB até fins de maio de 87, 51 colaborações. Grande parte das fitas k-7 e indicações

musicais demonstravam que por baixo do pseudônimo estava gente de boa vontade mas iniciante em música. Pelo estilo, poucos negros participaram. Foi imenso o trabalho de Frei Joel Postma e equipe, no ouvir, classificar e dar uma primeira opinião. Em seguida foram convocados alguns cantores e músicos para uma primeira seleção. Pouco sobrou. Um novo grupo veio assessorar e resolveu deixar para o Encontro Nacional da Campanha da Fraternidade, em maio/87, apenas 3 melodias para cada canto, das quais duas ficariam para o parecer da reunião, no final do mês, dos Bispos, Assessores e representantes de organismos da CNBB. Dois Agentes de Pastoral Negros participaram da escolha dos cantos, verificando in loco todo o material recebido pela CNBB. Na escolha final a CNBB acatou solicitação dos Agentes de Pastoral Negros de se colocar, como está agora, o canto indicado para "Hino", como Canto de Entrada da Missa, após algumas alterações na letra para se coadunar mais com este momento da celebração.

O concurso de cartaz foi lançado em outubro de 1986, portanto, com 8 meses de antecedência. Em maio de 1987 haviam chegado à CNBB apenas 17 cartazes e pouquíssimos de real qualidade e significado. Os Bispos, após obter a garantia de que os Agentes de Pastoral Negros presentes à reunião, reforçariam o trabalho, adiaram para junho a decisão final. Em fins de junho chegaram mais 13 cartazes, porém em nada melhores que os anteriores.

Decidiu-se então, por um que já estava na primeira leva.

O cartaz de 1988 é muito rico em mensagem e vale a pena aqui revelá-la.

A figura de perfil, de um negro, estilizada, simboliza a população negra massificada, sem rosto, nãogente, clamando aos céus e deixando sair, neste grito, uma reverberação multiplicada daquilo que traz dentro de si em revolta, angústia e esperança. A reverberação em diversas cores simboliza também as diversas etnias que há no Brasil, o grande contingente de brasileiros que tem negros em sua ascendência, e o sangue do martírio derramado em tantos séculos de tortura. Esta reverberação é ao mesmo tempo uma convocação a todos os homens de boa vontade para, na soma de esforços, se conseguir a libertação. A situação do povo negro faz ver com nova ótica a situação de todos os oprimidos e marginalizados no Brasil. O cartaz revela também toda a questão dolorosa do branqueamento do negro. O negro, no cartaz, joga o seu clamor para cima, na simbologia que indica a direção do universo e de Deus. O fundo azul expressa a concretização da resposta do Deus Libertador e da utopia que se manifesta em sinais de sua realização no dia a dia.

O verbo "ouvir" do lema pode ter diversas leituras a serem feitas: Deus que ouve o clamor; Deus que nos manda ouvir o clamor; nós que ouvimos; súplica...

4. Convergência: Como foi a preparação do Texto-base da CF-88?

Ir. Nery — Como todos os anos este documento inicia seu processo de elaboração com muita antecedência, sob responsabilidade de uma equipe. O texto teve pelo menos 12 versões antes de receber a aprovação final. As dificuldades encontradas foram muitas. Houve grupos pressionando para uma postura radical da CNBB sobre a questão negra no Brasil, tanto em relação à época da escravidão, como hoje. Outros grupos, logo que a CNBB acabou de escolher o tema, começaram a espalhar suspeitas de que a Igreja não teria coragem de tratar o tema, já que historicamente, diziam, a Igreja compactuou com a escravidão, e dentro dela há racismo. Houve manifestações também de gente preocupada em resguardar a imagem da Igreja, afirmando que a Igreja não teve culpa em nada pelo tráfico negreiro, pela escravidão, e que nela não há racismo.

Seguimos o esquema do VER, JULGAR, AGIR. Na primeira parte é apresentada uma síntese sobre a realidade do Negro no Brasil (na época da escravidão e hoje), dentro do contexto sócio-econômicopolítico-cultural e religioso. A leitura é feita a partir da ótica da justiça, da fraternidade, portanto de modo crítico, colocando em primazia o mundo do povo negro e dos empobrecidos na realidade conflitiva do Brasil. Na segunda parte o Texto-base dá elementos bíblicoteológicos para a iluminação da realidade do povo negro, e que servem ao mesmo tempo para fundamentar a conversão da Igreja e a ação transformadora. Recorre-se à Palavra de Deus na Bíblia, e à palavra da Igreja em relação às vítimas da escravidão, da pobreza e da discriminação. A terceira parte, após alguns critérios evangélicos, aponta algumas pistas para a ação transformadora, na linha da caridade assistencial, promocional e libertadora.

O Texto-base passou por diversas fases em sua elaboração. Na primeira e segunda versão ficou patente a influência dos colaboradores que procuravam eximir a Igreja de qualquer responsabilidade na questão da escravidão e da discriminação. A leitura da história era feita na ótica do vencedor, do dominador. A terceira versão recomeça tudo e carrega na leitura a partir da ótica do negro e do empobrecido, colocando em destaque alguns aspectos mais contundentes. As versões seguintes são enriquecidas com o acervo coletado de diversas correntes, mas são marcadas pelo específico da Campanha da Fraternidade: o sentido pastoral, o tom quaresmal, o objetivo da evangelização libertadora. Mantém-se a ótica do negro e do empobrecido, sem radicalização. Com isso a sociedade e a Igreja confrontadas com a história, com a situação real do povo negro no Brasil e com a Palavra de Deus, passam pelo crivo do julgamento que aponta caminhos de conversão e de exigência de mudanças significativas no pensar, no falar, no agir a respeito do povo negro.

 Convergência: Não está havendo outros encaminhamentos da CF, por parte, por exemplo, de grupos de Agentes de Pastoral Negros?

Ir. Nery: Na fase de preparação dos materiais da CF-88 o diálogo com os Agentes de Pastoral Negros foi ao mesmo tempo enriquecedor, gratificante e doloroso. A Equipe de Redação do Texto-base recebeu colaboração inestimável de Agentes de Pastoral Negros em termos de história da escravidão, análise da realidade da situação dos negros no Brasil hoje, e sugestões teológicas. Mas houve também incompreensões, radicalismos, ataques, suspeitas e tentativas de manipulação dos rumos da CF-88. É o ônus do processo participativo. Isso ocorreu também com os outros temas que me coube orientar: Fome (1985), Terra (1986.), Menor (1987).

A CF-88 vai ter três vertentes: a da CNBB; a da Arquidiocese do Rio de Janeiro; a de alguns Grupos de Agentes de Pastoral Negros que não se encontram retratados em seus propósitos, nas duas outras. É provável que algumas paróquias, colégios, e mesmo dioceses prefiram não fazer a CF-88 sobre o tema "A Fraternidade e o Negro", dando continuidade, por exemplo, ao tema "Menor".

- 6. Convergência: O que está acontecendo com a CF-88 é algo atípico na história da Campanha?
- Ir. Nery: A CF nasceu em 1961 sob a liderança dos Padres Hilário Pandolpho, Edmundo Leising e Alfred Schneider, diretores da Cári-

tas. Desejavam eles conseguir meios para torná-la autônoma financeiramente, já que neste aspecto dependia de um setor da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos. Estes sacerdotes levaram o projeto "Campanha da Fraternidade" ao bispo responsável, na CNBB, pela Área Social, D. Eugênio Salles, e, nesta função, Presidente da Cáritas. A experiência foi realizada em 1962 em Natal, onde D. Eugênio era Administrador Apostólico. Em 1963, 13 dioceses do nordeste aderiram à CF. Os bispos estavam participando do Concílio e aplicavam em suas dioceses o Plano de Emergência, enquando preparavam o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC). Ao perceberem a importância da experiência da CF no nordeste resolveram passá-la para todo o Brasil.

De 1964 a 1972 a CF se pautou pela Lumen Gentium, conclamando os fiéis para serem Igreja, reformularem a paróquia, redescobrirem o mandamento novo. Era a fase da renovação interna da Igreja, do assimilar e colocar em prática a eclesiologia conciliar da LG e renovação da liturgia, da vida religiosa, etc. Em 1968, Medellin abre os olhos da Igreja sobre a cruel realidade da América Latina, e o AI-5 sacode a Igreja no Brasil. Os temas da CF começam timidamente a levar em conta a situação social.

Em 1972, o cartaz da CF "Descubra a felicidade de servir", apresentou um Cristo com gravata. Isso motivou algumas dioceses a não realizar a CF naquele ano. O tema "Vocação... ficou prejudicado por

causa de um cartaz. No ano seguinte, debaixo de um cartaz de "santinho tradicional" de Cristo carregando a cruz, se fez a CF sobre o
tema "Libertação", e se iniciou a
nova fase da CF, sob inspiração de
Gaudium et Spes, Medellin reafirmada depois com os Sínodos, Puebla, Decumentos da CNBB, atenção
à realidade nacional deteriorada
cada vez mais pela crescente injustiça social.

Os temas sociais das últimas CFs causaram reações em alguns segmentos da Igreja, pois o modo de a CNBB tratá-los tomava uma vertente profética mais contundente, atingindo causas sociais, políticas e econômicas bem localizadas. Houve mesmo um pedido, em Assembléia Geral, para que se fizesse uma avaliação da CF em relação ao tom específico quaresmal, a ser mais seguido, e ao enfoque teológico dado aos temas. Estávamos na CF sobre "Terra de Deus, terra de Irmãos". A Assembléia Geral transferiu a responsabilidade para o Conselho Permanente que cumpriu o encargo confirmando a CF no caminho que estava seguindo, reajustando-a um pouco mais ao espírito quaresmal.

A questão de fundo, porém, permaneceu e veio à tona com a CF-88 ou seja a eclesiologia, pois há um conflito entre diversas visões de Igreja no Brasil. E não se trata apenas da Campanha da Fraternidade.

7. Convergência: O que, a seu ver, a Igreja espera com a CF-88?

Ir. Nery: O objetivo maior da CF é realizar um processo maciço de evangelização pelo anúncio da plena verdade sobre Jesus, a Igreja e o Homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, procurando, através da participação e da comunhão, a libertação integral de todos nós e de todos os homens, e assim contribuir na construção de uma sociedade justa e fraterna e reforçar a formação da própria Igreja.

Trata-se então, de tentar atingir, nos 40 dias específicos da CF, o Objetivo Geral da Igreja no Brasil. O tema "A Fraternidade e o Negro" vai ajudar a Igreja a fazer uma nova aproximação da Bíblia, da pessoa de Jesus e de sua mensagem e missão. Vai ajudá-la a reler a sua própria história, especialmente no Brasil, em relação ao povo negro, tanto no período da escravidão como hoje. O tema de 88 vai ajudar a Igreja a rever a visão de homem e de sociedade, já que o negro e sua situação trarão novos dados. O mesmo ocorrerá então para algumas perspectivas da Igreja Brasil como, por exemplo, a evangélica opção pelos pobres, a libertação integral do homem, a participação e a comunhão, a sociedade justa e fraterna, o modo de celebrar a liturgia e de ser comunidade, a questão dos ministérios, etc.

A Igreja espera que, de fato, se consiga, em seus fiéis e em todos os cidadãos, uma profunda conscientização sobre a situação da comunidade negra no Brasil hoje, e uma mobilização para a sua promoção e libertação. Espera também que o fato da escravidão seja trata-

do com toda a verdade, bem como tudo o que se refere à discriminação dos negros. Há um pedido de perdão histórico a ser feito ao povo negro, também pela Igreja, na esteira da atitude do Papa João Paulo II quando disse, numa de suas viagens à África: "E nós, por isto, pedimos perdão aos nossos irmãos africanos que tanto sofreram, por exemplo, pelo tráfico de escravos" (in SEDOC 18(535)1985). No contexto atual do Brasil, a Igreja espera ainda que "A Fraternidade e o Negro" seja um tema gerador que ajude a prosseguir no esforço de se atingir a raiz da injustiça hoje, o pecado e sua estruturação social.

- 8. Convergência: O que, segundo seu modo de ver, o tema da CF-88 tem a dizer aos religiosos no Brasil, hoje?
- Ir. Nery: Além do que foi exposto antes, vejo que a CF de 1988 impulsionará os religiosos a reverem profundamente a discriminação ao negro, na pastoral vocacional, no período de formação e na participação no todo da vida de suas respectivas congregações. É pouco ainda o número de religiosos e religiosas negros(as) diante de uma população brasileira com quase 60% tendo ascendência negra. Percebe-se ainda que é reduzido o número de religiosos negros que tiveram chances de estudo nas congregações.

O tema da CF 88 voltará a insistir na questão da evangélica opção preferencial pelos pobres, visto que a maior parte da população negra é pobre. Novos ângulos serão apresentados para o engajamento pastoral dos religiosos na questão da justiça social, em terrenos como educação, moradia, saúde, transporte, participação política, etc., a partir de seu ser religioso questionado e desafiado pela realidade do mundo negro.

- Convergência: A CNBB está pensando na continuidade da CF-88?
- Ir. Nery: A Campanha da Fraternidade tem seu momento forte na quaresma, iniciando-se na 4.ª feira de cinzas e encerrando-se na Páscoa. Entretanto, neste período a ênfase maior é dada a duas dimensões da CF: o VER a realidade e o JULGAR esta realidade. O período é curto e o clima da Quaresma leva mais ao exame de consciência, ao confronto com a palavra de Deus, à conversão. O AGIR, por natureza exige tempo, planejamento, recursos, execuções, acompanhamento, avaliação. Isso é feito ao longo do ano. Privilegiadamente o VER e o JULGAR também têm sua continuidade através dos "meses temáticos" como, por exemplo, o mês da Bíblia e o das Missões.

Logo após a CF haverá, na segunda quinzena de maio, uma importante semana teológico-missionária sobre a situação do povo negro no Brasil. Será uma promoção da Linha 2 da CNBB, "Dimensão missionária", com a linha 5 "Dimensão ecumênica e diálogo religioso". Outras iniciativas serão promovidas com apoio ou presença da CNBB. Cito apenas um exemplo: o Seminário sobre "Contribuições pastorais e teológicas e das ciências sociais a partir da Campanha da Fraternidade 88" que vai ser realizada pelo CESEP e pela Associação Ecumênica de Teólógos do Ter-

ceiro Mundo. Será em São Paulo, no primeiro semestre de 1988, após a CF. Reforçados pela Campanha, os Agentes de Pastoral Negros vão desenvolver todo um processo de continuidade da temática da CF, para que seja permanentemente contemplada na Pastoral.

Como conciliar Providência Divina e provações da vida?

A Religião não é seguro de vida contra sofrimentos e tribulações. Os motivos pelos quais Deus permite o sofrimento e a tribulação devem ser dignos de sua sabedoria. Não é possível, porém, ao homem compreendê-los integralmente. Mas o sofrimento e a tribulação, certamente: (1) Tornam-nos mais unidos, mais conscientes da mútua dependência, mais conscientes da complementaridade de nossos recursos e valores. (2) Por eles, sentimos maior dependência de Deus. (3) Experimentamos a precariedade da vida, da segurança puramente humana. (4) Fortalecemos a esperança de uma outra vida melhor (Pe. Marcos de Lima, SDB).

O pecado traz conseqüências para quem o comete?

Sim. E não só para quem o comete. As consequências do pecado são de ordem pessoal, de ordem social e de ordem cósmica. Quem não experimenta as consequências pessoais? Veja como São Paulo as descreve com eloquência: "Não consigo entender o que faço, pois não pratico o que quero, mas o que detesto... Na realidade não sou eu que pratico a ação, mas o pecado que habita em mim... Não faço o que quero, mas pratico o mal que não quero... Percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros" (Rom 7, 14-24). O Concílio Vaticano II ensina, na Gaudium et Spes, que o pecado causou no homem um profundo desequilíbrio (10a e 13b), vulnerou a liberdade (17), feriu a vontade (78a), obscureceu e enfraqueceu a inteligência (15a) e nos submeteu à morte (18b). Mas o pecado acarreta, também, graves conseqüências sociais: o egoísmo, a ambição, o orgulho, a inveja, a injustiça, a dominação, a violência entre indivíduos, grupos, classes, nações e povos. E, por fim, as conseqüências cósmicas: por causa do pecado, a criação inteira geme e sofre (Rom 8, 20-22). Quem nos libertará destas consequências todas do pecado? (Pe. Marcos de Lima, SDB).

A VIDA RELIGIOSA E A EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

De muita relevância é o papel profético a ser exercido pelos religiosos nesta Igreja do Brasil em busca de um modelo que possa exorcisar os traumas de seu passado.

Pe. João Fagundes Hauck, CSSR

No século XVI viu-se a Igreja diante de um imenso desafio evangelizador: o encontro do cristianismo com os povos da América, Ásia e África. Alguma experiência ela possuía, adquirida em outros dois desafios semelhantes, nos quais saiu-se bastante bem: o enxerto do Evangelho na cultura grega, que fez do Império Romano um mundo cristão; e a conversão dos povos germânicos, que foi a origem da Europa. Neste último foi decisiva a participação dos monges, principalmente irlandeses. Para o novo desafio contavase mais uma vez com um desempenho eficaz dos religiosos, mas as circunstâncias eram bem outras.

No início do século XVI a Igreja chamada ocidental ou latina estava em doloroso processo de decadência e de reforma. Não fora preparada para uma passagem tão rápida da Cristandade Medieval para o

mundo moderno. Viu-se desorientada diante de mudanças radicais que se operavam no campo das idéias filosóficas, políticas, religiosas e literárias, tudo ao mesmo tempo.

As guerras contínuas, a estadia dos papas fora de Roma por cerca de cem anos, o grande cisma ocidental, a peste, foram perturbações que apressaram a decadência; a crise se manifestou de modo especial nos papas do final da Renascença, e nos religiosos.

Os religiosos estavam profundamente inseridos neste longo processo. São Francisco e São Domingos tinham criado novas formas de vida religiosa, fora das grandes abadias, mais ligados ao povo; mas a decadência atingiu a todos, grandes mosteiros ou pequenos conventos, religiosos e religiosas. As atitudes radicais dos Espirituais

franciscanos e do dominicano Savonarola só fizeram piorar a crise.

Muitas ordens religiosas estavam procurando reformar-se; fundavam-se novas ordens, sob o signo da austeridade, tentando repetir a grande reforma dos séculos XI e XII; a lenta caminhada foi perturbada pela Reforma revolucionária de Lutero e Calvino. Já no contexto de contra-reforma apareceram os jesuítas, aprovados pelo papa em 1540, e daí por diante, ao mesmo tempo em que ordens antigas se reformavam, fundaram-se instituições novas sob a forma menos solene de congregações.

Foi neste confuso contexto europeu que as navegações cada vez mais audaciosas de portugueses e espanhóis abriram para a Europa o novo mundo. No imenso território que receberia o nome de Brasil deu-se o encontro do português com o outro, o desconhecido, o povo que aqui vivia desde tempos imemoriais, em número três a quatro vezes superior à população de Portugal.

Houve surpresas no encontro. Qual foi o sentimento real dos índios, não sabemos, porque os povos destruídos não costumam deixar documentos; Pero Vaz de Caminha nos diz que foi de alegria, de contentamento, sentimento que se exprimia no acolhimento amigo, e na participação que os índios (foi este o nome que os portugueses lhes deram) procuravam ter em tudo o que os portugueses faziam.

Do lado dos portugueses o sentimento foi diferente. Eles chegavam como donos da terra; consideravamse em cruzada santa contra todos os inimigos de Cristo, que eles podiam conquistar e reduzir à escravidão, invadindo suas terras e apossando-se de suas riquezas: era o que lhes autorizavam os documentos dos papas, no malfadado direito do Padroado. Nestas condições não havia possibilidade de diálogo, condição para a evangelização.

A primeira reação foi de fundo teológico; identificando com o pecado original o pudor e uma quase obsessão sexual, não sabiam explicar a naturalidade com que os índios se exibiam em nudez completa, sem qualquer vergonha, como escreve Caminha.

A segunda reação foi semelhante à do fazendeiro diante de um gordo e sadio novilho, já pensando na carne farta. Caminha desvenda o grande projeto português: a terra prometia muitas riquezas; os índios eram mansos, fáceis de conquistar. De inimigos de Cristo seriam reduzidos à fé cristã, e fariam parte da sociedade portuguesa, produzindo bens para o enriquecimento de Portugal. E Deus seria louvado, pois estes povos seriam batizados, e assim se salvariam. Era preciso que o rei mandasse padres para este importante trabalho, escrevia ele.

Dizem as crônicas que o Brasil nasceu cristão. Os primeiros atos solenes que os portugueses celebraram na terra, dando-lhes muita solenidade para impressionar os índios, foram a ereção de um grande cruzeiro, como sinal de posse, e a missa celebrada pelo franciscano

Frei Henrique de Coimbra; ele fazia parte da comitiva clerical de oito franciscanos e nove padres seculares que, em meio a capitães, soldados e manhões, acompanhavam Pedro Álvares Cabral na missão de ocupar os territórios asiáticos.

Assim começa a participação dos religiosos na evangelização do Brasil. Como funcionários do rei, vinculados ao processo de colonização, numa total confusão entre religioso, político e econômico, não teriam liberdade para proclamar o Evangelho libertador; tinham de integrar-se na empresa, abafando qualquer protesto que a consciência cristã pudesse levantar contra os métodos violentos de integração dos índios, e mais tarde dos africanos, na sociedade cristã portuguesa.

Até o final do século XIX a história dos religiosos no Brasil se faz de acordo com as determinações régias, e não pelas exigências de um dinamismo interno.

Nos primeiros cinquenta anos da colônia o interesse dos portugueses estava quase totalmente voltado para as fáceis riquezas da Ásia. É certo que nesta época chegaram ao Brasil alguns religiosos franciscanos, e padres seculares, mas não deixaram documentação.

Com o governador geral Tomé de Souza chegam, em 1549, os primeiros seis jesuítas, na qualidade de missionários oficiais do governo português. Daí por diante, até 1759, quando foram expulsos, a história da Igreja quase se identifica,

no Brasil, com a dos jesuítas. Os bispos, muito dependentes do rei, pouca influência exerciam; qualquer manifestação religiosa, por insignificante que fosse, dependia de autorização régia, e não episcopal.

Os Jesuítas constituem uma figura um tanto contraditória no sistema colonial. Sujeitos a um Padroado que excluía e proibia relacionamento direto com o papa, eram eles os missionários exclusivos do sistema, porém estavam também compromissados com o papa, suplantando o modelo de Cristandade. Alguns deles eram bem situados na Corte de Lisboa, assegurando a influência religiosa mediante o poder político; apoiados pelo rei e pelo papa.

Tal ambigüidade, ao mesmo tempo que lhes dava grande liberdade de ação, não deixava de criar-lhes problemas. Escrevia em 1655 o Padre Antônio Vieira: "Temos contra nós o povo, as ordens religiosas, os donatários das capitanias, e também todos os que em Portugal e nesse governo estão interessados no sangue e no suor dos índios".

O monopólio evangelizador dos jesuítas é mais uma diferença entre o sistema colonial espanhol e o português. Nas colônias espanholas havia pluralidade de religiosos, com uma presença muito marcante dos dominicanos. Em 1580, quando Portugal foi incorporado à Espanha por questões dinásticas, rompeu-se a exclusividade, e puderam entrar na colônia franciscanos, beneditinos, carmelitas, e, mais tarde, mercedários, oratorianos e capuchinhos

Vinham mais para atender à população das vilas e cidades que começavam a crescer, do que para a evangelização dos índios. Mais tarde os capuchinhos tentarão substituir os jesuítas nesta tarefa.

Nos povoados que nasciam, a urbanização era quase sempre a mesma: no lugar mais alto destacava-se o convento dos religiosos junto à igreja, contrastando com as casas de construção modesta.

E as mulheres, como é que podiam seguir a vida religiosa consagrada? Dentro do projeto português de colonização é fácil imaginar a sua história. O governo não via vantagem em autorizar mosteiros femininos, de vida contemplativa e reclusa, é claro, pois outros seriam inconcebíveis na época. Era muito importante o aumento da população de origem européia; se eram tão poucas as mulheres brancas, porque promover sua entrada no mosteiro? Além do mais, poucas poderiam dispor de um dote que assegurasse a manutenção do mosteiro, o que significaria aumento de despesas para a Coroa.

Do Brasil chegavam a Portugal insistentes pedidos de fundação de mosteiros femininos. Sinal de fervor religioso? Quem dera! É que os senhores das classes mais remediadas (já os havia) queriam que o marido de suas filhas fosse do mesmo nível econômico; ora, homens ricos não eram muitos. Na falta, seria preferível mandá-las para o convento, diante do perigo de elas "degenerarem, casando com oficiais e homens de menos condições, ou

totalmente arriscadas ao perigo da honra que consigo traz a pobreza e a falta de dotes."

Indo para o convento, a filha não entraria na partilha da herança, evitando-se assim a diminuição dos cabedais. É interessante a festa que faziam tais senhores quando uma filha entrava para o mosteiro; quase sempre esqueciam até de perguntar-lhe se ela estava de acordo ou não.

O primeiro mosteiro autorizado foi o do Desterro, das irmãs clarissas, fundado em Salvador a 9 de maio de 1677; a este tempo já existiam na América espanhola cerca de 70 mosteiros femininos.

Diante da resistência das autoridades à fundação de mosteiros femininos, e das dificuldades impostas aos conventos masculinos, desenvolveram-se no Brasil duas formas de vida consagrada: recolhimentos e beatérios, para as mulheres, vida eremítica para os homens. Usavam hábito religioso, mesmo quando não pertenciam a alguma "ordem terceira".

Mesmo esta solução, de caráter particular, exigia licença do rei, mas era mais fácil consegui-la, porque o sistema não acarretava problemas econômicos; sem clausura rigorosa, as recolhidas cuidavam do próprio sustento; as beatas e os ermitães arranjavam-se a seu modo. Mas há muitos casos de recolhimentos e ermidas que apareceram sem a exigida licença. Em Minas Gerais, onde era proibida a existência de qualquer fundação religiosa, floresceram recolhimentos impor-

tantes, como o de Macaúbas (1716) e o do Vale de Lágrimas (1734).

Ermitães citam-se alguns de classe remediada, convertidos à vida de penitência e solidão, ou foragidos de impostos que não podiam pagar. Já os recolhimentos e beatérios criavam segregações de classes, favorecendo as mulatas e negras libertas, e as brancas pobres; mas havia também recolhimentos de moças remediadas.

Quando o recolhimento conseguia existência mais consolidada, procurava conseguir sua promoção a mosteiro; encontramos até casos em que o bispo se arriscou, e não foi contestado, a transformar recolhimentos em mosteiros; aconteceu com o recolhimento de Santa Teresa (fundado em 1685) e com o de Nossa Senhora da Luz (fundado em 1773), ambos em São Paulo.

No século XVIII há um progresso quantitativo bem grande na vida religiosa; mas no final do século, ligada certamente à decadência e empobrecimento geral da colônia, à supressão dos jesuítas, e à nova mentalidade liberal, a decadência é impressionante, principalmente nos conventos masculinos; o relaxamento torna-se geral, e grande parte dos religiosos mora fora do convento. Conventos antes movimentados, tornam-se vazios, ocupados muitas vezes por um ou dois velhos religiosos. Há decadência também nos recolhimentos e beatérios, e quase desaparecem os ermitães.

Nos conventos femininos o relaxamento era facilitado pelo problema da escravidão. Pela estatística do mosteiro de Santa Clara, em Salvador, no ano de 1775, pode-se fazer uma idéia; para 91 religiosas professas havia no mosteiro 7 educandas seculares, 17 recolhidas seculares, 40 servas forras, 8 escravos e 290 escravas particulares de religiosas! Ao todo, 443 pessoas. Muitas religiosas de famílias ricas, cuja entrada no mosteiro fora forçada pela família ou pela sociedade, levavam consigo sua vida mundana.

Criou-se no povo e no governo declarada antipatia pelos religiosos. Eram ainda admirados por sua cultura; dizia-se que eles até poderiam ser úteis ao país se não tivessem perdido o espírito, vivendo como qualquer outro. "Que os frades e freiras acabem entre nós", foi a proposta de um deputado em 1826; "que um homem queira ser frade, queira ser jesuíta, parecerá loucura no tempo presente; mas nós somos obrigados a atalhar, porque nem todas as loucuras se consentem", sentenciou outro deputado em 1828. Em 1855 veio a proibição provisória, que se tornou permanente, de aceitar noviços.

O governo cobiçava as ricas propriedades dos religiosos, principalmente dos beneditinos e carmelitas.

A própria decadência interna condenava os religiosos à extinção; havia demonstração de desânimo nos poucos religiosos que restavam.

Em aparente contradição, o imperador convidava religiosos estrangeiros, e incentivava a sua vinda; nem desconfiava do veneno ultramontano que estava introduzindo no sistema do Padroado.

Os capuchinhos italianos estavam se dedicando ao trabalho entre os índios, para a mesma finalidade tinham sido chamados os Lazaristas, desde 1819, mas acabaram se dedicando ao ensino, às missões populares e à formação do clero. Foram convidados também os redentoristas (só virão mais tarde) e os salesianos; os jesuítas iam voltando, discretamente, a partir de 1842.

As religiosas que entram no país são de vida ativa, dedicadas ao ensino e aos hospitais: vicentinas (1849), Irmãs do Puríssimo Coração de Maria (1843), Irmãs de São José de Chambery (1858).

Decadência insanável dos religiosos brasileiros, vitalidade das congregações européias que chegavam, é o que se observa na segunda metade do século XIX. Com a separação entre a Igreja e a República escancaram-se as portas para a entrada de congregações masculinas e femininas, muitas delas acompanhando as levas de imigrantes de suas nações de origem. Trazem de suas terras devoções e práticas religiosas que influenciaram profundamente a religiosidade brasileira. Eram alertadas para a decadência existente no país, e apresentavam conscientemente o seu modo de ser como modelo para a Igreja do Brasil.

Foi posta em dúvida a capacidade dos brasileiros natos de assumirem os compromissos da vida religiosa ou sacerdotal. Não é difícil encontrar nos arquivos de muitas congregações religiosas afirmações neste sentido, e daí cresceu a idéia de que os conventos deviam contar só com as abundantes vocações estrangeiras, e muitas não se preocuparam com a formação de religiosos brasileiros. Algumas assumiam posições racistas, declarando expressamente não aceitarem negros ou mulatos.

Para a reforma das antigas ordens houve uma dúvida inicial: revitalizar ou substituir. O que existia era tão frágil que a substituição foi a solução adotada, principalmente no caso dos franciscanos e beneditinos.

Este afluxo de religiosos estrangeiros significa verdadeira ruptura com o passado, na participação dos religiosos na evangelização do Brasil. No período colonial e imperial a presença dos religiosos é parte não só integrante mas fundamental e constitutiva da sociedade cristã brasileira, tanto no trabalho de redução dos índios à cristandade quanto na sedimentação dos núcleos habitacionais.

Funcionários de um sistema colonialista, dependentes de leigos que exerciam o Padroado, não podiam desempenhar o importante papel profético que sempre se esperou deles, na Igreja. Apesar de algumas resistências, e de fracos protestos que eram abafados, conviveram os religiosos com os grandes pecados do sistema colonial português, principalmente com a infâmia da escravidão. E diante da degeneração dos costumes sua pregação era fraca e omissa, seu comportamento era muitas vezes, exceção feita dos jesuítas, conivente.

Dentro do sistema não se fazia possível um verdadeiro processo de evangelização; e na decadência geral do país, os religiosos não tiveram estrutura para resistir, e se autodestruíram.

A recomposição da missão dos religiosos, iniciada no Império, apresentou perfil totalmente renovado; de origem francesa, italiana, e, depois alemã e holandesa, os religiosos estavam ligados ao movimento de centralização da Igreja em torno do papa, chamado, na França, de ultramontanismo. Tiveram parte preponderante na reforma do catolicismo brasileiro em uma linha tridentina e clerical, muito ligada a Roma, a ponto de ser chamada, a reforma, de romanização do catolicismo brasileiro. Como costuma acontecer em tais circunstâncias, o que era do passado passou a ser marginalizado; antigas devoções foram substituídas; a participação dos leigos na vida da Igreja foi diminuída.

Nos tempos atuais estamos assistindo a uma grande mudança no universo dos religiosos; passam por situação difícil as congregações dedicadas ao ensino e aos hospitais; mas quase todos os religiosos buscam novas formas de viver sua espiritualidade, em decorrência do Concílio Vaticano II e das opções de Medellin e Puebla. É forte a tendência de inserção de religiosos na vida do povo.

Certo narcisismo, antes cultivado em quase todas as congregações, cede lugar a uma interação entre os institutos e entre religiosos e religiosas, principalmente no período de formação. Criam-se cursos e instituições inter-congregacionais, com o patrocínio e assessoria da Conferência dos Religiosos do Brasil, fundada em 1954.

De muita relevância é o papel profético a ser exercido pelos religiosos nesta Igreja do Brasil em busca de um modelo que possa exorcisar os traumas de seu passado, Igreja que sempre teve fisionomia muito especial; que não tem, como têm outros países da América, um santo oficialmente canonizado, mas que, pela voz do povo, proclamou santo o Padrinho Padre Cícero...

Uma questão de fé

- Bíblia "O que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte", 1 Cor 1, 27.
- Leitor É uma questão de apostar nos projetos dos pobres, embora o resultado não seja visível. Mas é preciso começar. "No início, faça o imprescindível; depois, o possível; de repente, estará fazendo o impossível". É a pedagogia de quem tem fé (Pe. Marcos de Lima, SDB).

SINAIS PROFÉTICOS DO REINO

A VIDA RELIGIOSA FRENTE A UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO

Pistas e Reflexões no V Centenário da Primeira Evangelização da América Latina

Texto elaborado pela CLAR Tradução de Ir. Pedro Camata, FMS

- 1. Dentro de cinco anos será comemorado o V Centenário do descobrimento da América. Este fato, transcendental na história, está unido à evangelização de um continente. Nesta primeira evangelização, entre luzes e sombras, os religiosos escreveram páginas de doação, heroísmo e criatividade. Muitos deles foram "intrépidos na luta pela justiça, evangelizadores da paz", através de "incontáveis iniciativas de caridade, assistência, educação" e de "originais sínteses de evangelização e promoção humana"2. Isto reconhecia o Papa João Paulo II, quando salientava, ao chegar pela primeira vez à terra latino-americana, a enorme tarefa evangelizadora d'"aqueles religiosos que vieram anunciar o Cristo Salvador, defender a dignidade dos indígenas, proclamar seus direitos invioláveis, favorecer sua promoção integral, ensinar a fraternidade, como homens e como filhos do mesmo Senhor e Pai, Deus"3.
- 2. Comemorar o V Centenário da evangelização da América é reavivar a memória, ou seja, atualizar

- este acontecimento para assumi-lo criticamente, de acordo com as perspectivas e os desafios do presente. É preciso que nós, religiosos, agentes majoritários da evangelização da América Latina, iniciemos um trabalho de reflexão e de discernimento: voltar a tomar consciência de nosso vocação, para renovarnos e cumprir nossa missão em consonância com os sinais dos tempos e os desafios do presente.
- 3. Há, na evangelização do passado e do presente, uma dimensão profética. Os religiosos, como evangelizadores, somos chamados a ser sinais proféticos do Reino com nossa vida a serviço do Projeto de Deus na história, Sinais imperfeitos, sujeitos aos condicionamentos culturais, sociais e teológicos de cada época.
- 4. Estas páginas, escritas na perspectiva do V Centenário da Evangelização da América, centradas no tema da Vida Religiosa como sinal profético do Reino, querem favorecer o clima de discenimento orando para contemplar o passado, assu-

mir o presente e preparar o futuro de nosso serviço evangelizador, seguindo, como religiosos e religio-

sas, a passagem do Senhor por nossa história nas exigências de uma nova evangelização.

A VIDA RELIGIOSA COMO SINAL PROFÉTICO DO REINO

- 5. Dentro da Igreja, Comunidade dos crentes, que foi apresentada desde o princípio como o grande sinal de Cristo ressuscitado no mundo, como o sacramento do Reino, os religiosos, desde as origens, procuraram ser sinais e testemunhas de Jesus Cristo e de seu Reino. Com seu radicalismo e maximalismo evangélico, os monjes (anacoretas e cenobitas) representaram em sua vida a alternativa do Reino de Deus, como reconhecimento do primado de Deus e da vida em comunhão fraterna, livre de relações de dominação e de concupiscência desintegradora e discriminante. Outras formas de vida religiosa, como a dos medicantes, tentaram fazer da imitação de Jesus histórico sua razão de ser no seio de uma sociedade e de uma Igreja que se diziam cristãs, sem sê-lo em muitos aspectos. Os Institutos Religiosos Modernos procuraram comprometer-se com a instauração do Reino, assumindo como perspectiva o serviço do homem, especialmente do mais necessitado, no seio de sociedades egoístas e discriminadoras.
- 6. A Vida Religiosa, à luz de sua história, está chamada a ser em meio a limitações e incoerências humanas sinal do Reino que irrompe e cria a nova comunidade de irmãos; questiona as falsas seguranças e as relativiza a fim de que a nova humanidade ou o Reino

- transformem totalmente a sociedade e o mundo. Por isso, à essência da vida religiosa pertence, não só a autenticidade no ser como também a significatividade: ela deve "simbolizar", "manifestar", "prefigurar", "representar", "proclamar" (LG, 44). Para "significar", a Vida Religiosa deve adotar uma linguagem inteligível para as diversas culturas, épocas e situações nas quais se situa. O ser dos religiosos se manifesta ou se traduz na práxis. Nela se empenha a significatividade da Vida Religiosa e, portanto, sua essência e serviço numa Igreja, toda ela evangelizadora.
- 7. O Carisma da Vida Religiosa está a serviço do Projeto de Deus na história: que os seres humanos vivam como filhos de Deus, como irmãos entre si, compartilhando o mundo. "Por isso deve estar permanentemente aberto às novas exigências da vida... O melhor modo de conservar o carisma não é repetir suas concretizações passadas, por mais veneráveis que sejam, mas vivê-lo com radicalidade, dar-lhe formas novas que melhor respondam a nosso tempo, que é também tempo do Espírito. Pela renovação conserva-se o carisma e mantém-se a fidelidade à tradição"4.
- 8. Se nós, religiosos, quisermos ser fiéis às nossas tradições mais vivas, também haveremos de exer-

cer a função de sinais proféticos, que nos convém no meio do povo. Nós, religiosos, como evangelizadores, somos chamados a sublinhar o profetismo cristão na vivência do absoluto de Deus; na opção pelos pobres e pela justiça; na inserção no meio do povo de forma solidária; na promoção e defesa dos direitos fundamentais da pessoa e da sociedade. Tendo diante dos olhos o Projeto de Deus a respeito da humanidade, enraizados numa profunda experiência de Deus, devemos saber anunciar esse projeto divino e denunciar tudo o que se lhe opõe, ocupando os pontos de "vanguarda da missão, afrontando os mais graves desafios"5. Este é o maior desafio da atualidade. O radicalismo evangélico de nossas Leis e Documentos frequentemente não tem correspondência em nossa vida pessoal e comunitária. Nossas instituições são, com freqüência, um lastro que impede a realização de nossa função de sinais. A de autenticidade vem juntar-se a defasagem de nossas formas de vida e apostolado que não são mais inteligíveis na nova situação cultural e social. O profeta é, no fundo, uma pessoa que procura ser fiel ao Espírito, à Palavra, ao povo (cf. Heb 11, 33-38); que

trata de responder aos desafios da história com base no Projeto de Deus.

9. Esta exigência fundamental de ser, em forma inteligível, sinais proféticos do Reino, pode e deve ser vivenciada nas diversas circunstâncias nas quais cada religioso concretiza seu compromisso vocacional e nas diversas etapas de sua vida. Os religiosos de vida contemplativa são chamados a testemunhar profeticamente o absoluto de Deus e sua gratuidade numa abertura contemplativa e dialogal com o mundo de hoje.

Aqueles que se dedicam a atividades tradicionais nas Instituições, através de uma permuta de "lugar social" e a partir de uma opção pelos pobres, serão voz profética nestes ambientes. Os religiosos inseridos em meios populares têm a missão de denunciar profeticamente o pecado social que oprime e marginaliza os irmãos. A partir dos pobres e em solidariedade com eles, todos os religiosos devemos acolher e cultivar com responsabilidade o dom do chamado de Deus a sermos sinais proféticos do Reino na Igreja e no mundo, inclusive até ao martírio.

OS RELIGIOSOS EVANGELIZADORES DA AMÉRICA LATINA SINAIS PROFÉTICOS DO REINO

A vocação profética de ser sinal do Reino, vive-a o religioso na resposta que dá aos desafios da história, sinais dos tempos que o questionam e interpelam. Os religiosos evangelizadores da América Latina

tratarão de responder aos reptos de um mundo novo. Sua resposta foi condicionada pela sua cosmovisão, cultura, teologia. Foi feita de acertos e desacertos. Uns e outros nos podem ajudar no esforço de responder, humana e imperfeitamente, aos desafios de uma nova evangelização.

A — Desafios que tiveram que enfrentar

- 10. O descobrimento da América e a subsequente conquista de seus territórios foi percebida pela Igreja, em geral, e pelos religiosos em particular, como um desafio; como uma oportunidade que a Providência oferecia para irradiar e transmitir a fé. Conquista e evangelização transformaram-se numa realidade indivizível a partir das idéias de salvação então vigente na Igreja e na sociedade. A convicção de que se deveria cristianizar os índios para salvá-los, era seu ponto de referência. Isto levava-os a trabalhar com dinamismo e criatividade na evangelização.
- 11. O novo mundo os desafia, também pela diversidade de culturas e de línguas. Como tornar o Evangelho compreensível a esses povos que desconheciam os esquemas culturais do ocidente cristão? Como abrir espaços nesta babel de línguas desconhecidas? Como equilibrar a audácia e a urgência que os impulsionavam a salvar almas, com a lentidão de uma pedagogia na transmissão da mensagem?
- 12. O descobrimento da América e sua conquista puseram a descoberto problemas morais sobre a legitimidade desta última. Por outra parte, como superar o objetivo de agregar novas terras à coroa sem converter seus habitantes à fé crista? A violência e a imposição da fé por meio da espada seriam evangéli-

- cas? Como adequar a fidelidade ao rei com a fidelidade às exigências evangélicas de justiça e amor?
- 13. Os religiosos, ao mesmo tempo que tinham a missão de evangelizar os habitantes das terras descobertas e conquistadas, deviam ocupar-se da vida cristã dos conquistadores. Estes, especialmente, caíam em abusos em relação aos índios. A principal intenção de muitos, ao virem à América, era enriquecer e prosperar. Como contrabalançar a denúncia das arbitrariedades dos conquistadores com a necessidade de apoiar o domínio da Espanha e Portugal sobre os nossos territórios?
- Evangelho que dava aos índios e aos africanos, adquiridos como escravos, a consciência de sua dignidade de filhos de Deus, podia permitir a escravidão e a opressão dos mesmos por parte dos "encomenderos" e de algumas autoridades civis? Era legítimo o paternalismo que mantinha os indígenas em estado de minoridade social e eclesiasticamente?

B — Resposta profética dos religiosos aos desafios da evangelização

15. A maior parte dos religiosos evangelizadores da América caraterizou-se no trabalho evangélico por sua doação e generosidade incansáveis. Imprimiram a sua marca, mesmo naquelas iniciativas que hoje consideramos menos acertadas. Convencidos de sua missão evangelizadora, buscaram sempre, às vezes

com zelo desmedido, converter à fé os povos providencialmente descobertos.

- 16. Os religiosos enfrentaram o problema da inculturação com os critérios da época, que hoje nos parecem deficientes. Entretanto, mostram sua criatividade e seus esforços para adaptar-se à cultura dos povos a quem evangelizam e de conhecer suas tradições e sua linguagem. Apesar dos condicionamentos de seu tempo, eles foram impulsionadores de melhoramentos sociais a nível familiar, social e político, como aqueles obtidos nas reduções.
- 17. Outro fato evidente na primeira evangelização foi o da opção que os religiosos, falando em geral, fizeram pelo pobre e oprimido. O Evangelho os levou a um compromisso com os escravos, os índios, os marginalizados da sociedade. Souberam inserir-se no meio deles e solidarizar-se com aqueles a quem a sociedade negava os mais elementares direitos. Esta aproximação ao pobre e ao oprimido constitui um testemunho evangelizador de primeira ordem.
- 18. Nesta linha profética de anúncio e denúncia, a voz dos religiosos se fez ouvir desde os primórdios da conquista. Teólogos e juristas da Península, como Vitoria, Soto, Melchior Cano, Suárez e outros, ajudaram com suas reflexões ao estudo de problemas como o da legitimidade da conquista, embora não tenham podido evitar formulações ideológicas justificativas que hoje nos parecem inadmissíveis.

Mas foram sobretudo os missionários que, cientes dos atropelos com que os índios eram alvejados, levantaram sua voz profética, como crítica evangélica, contra as injustiças cometidas pelos conquistadores. Foram "interépidos lutadores pela justiça, evangelizadores da paz, como Antonio de Montesinos, Bartolomé de las Casas, Juan de Zumarraga, Vasco de Quiroga, Juan del Valle, Julián Garcés, José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, São Pedro Claver, Luis Beltrán, os jesuítas das reduções e tantos outros "que defenderam os índios frente aos conquistadores e "encomenderos", inclusive até a morte¹⁶.

- 19. O trabalho que os religiosos realizaram para promover os índios, humana e religiosamente, tornou possível a Bula "Sublimis Deus" (1537) na qual os índios são considerados como verdadeiros homens, capazes da fé cristã, e declara que, mesmo sem converter-se ao cristianismo, não poderiam ser privados de sua liberdade e de seus bens. Neste reconhecimento da dignidade humana dos índios tiveram papel importante os religiosos que viviam inseridos no meio deles. Isso trouxe como consequência uma legislação mais humana e justa.
- 20. A resposta profética dos religiosos evangelizadores teve suas lacunas e limitações. Condicionamentos sócio-culturais e teológicos impediram, muitas vezes, uma evangelização mais integral e, a nível de reflexão, promoveu uma justificação ideológica da conquista e da guerra contra os índios. A rebel-

dia destes, menos dotados, que nasceram para servir, torna justa uma guerra quando não se vê possibilidade de submetê-los de outro modo. Esta era a convição de não poucos evangelizadores e de teólogos da Península. A isto é preciso acrescentar, sem cair em julgamentos anacrônicos, os atropelos culturais cometidos, que hoje nos parecem incompreensíveis, a conivência de muitos frente à escravidão dos negros e às pressões e imposições na evangelização.

C — Balanço e perspectiva

21. A visão histórica da obra evangelizadora dos religiosos na América Latina apresenta, como a da Igreja em geral, um panorama feito de luzes e sombras. "Sua tarefa evangelizadora teve que suportar o peso de desfalecimentos, alianças com os poderes terrenos, incompleta visão pastoral e a força destruidora do pecado", porém, é preciso reconhecer que "a evangelização que fez da América Latina o "continente da esperança", foi muito mais poderosa que as sombras que, dentro do contexto histórico

vivido, lamentavelmente a acompanharam"⁷.

- dores da América Latina souberam ser sinais proféticos do Projeto de Deus no mundo em que viveram. Indígenas e afro-americanos descobiram neles uma face diferente do cristianismo. Perceberam em sua atitude solidária e na presença de sua vida o rosto de um Deus Pai, defensor do pobre e doo primido e libertador de toda a escravidão. Sua memória se mantém viva no seio do povo.
- 23. A análise da primeira evangelização nos permite uma percepção dos desafios que a nova evangelização apresenta aos religiosos e religiosas de hje na América Latina. Ao mesmo tempo, essa grande obra de quem, como nós, teve a missão evangelizadora, é fonte de inspiração para que possamos levar adiante o anúncio da Boa Nova nas atuais circunstâncias. É nelas que devems, como muitos de nossos antepassados, viver nossa vocação de sinais proféticos do Reino na Igreja e no Mundo.

111

OS RELIGIOSOS SINAIS PROFÉTICOS DO REINO PERANTE OS DESAFOS DE UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO

Aos 500 anos da primeira evangelização, nós, os religiosos e religiosas, que vivemos e trabalhamos na América Latina, somos chamados a assumir os desafios que nossa realidade apresenta ao anúncio da Boa Nova. Diante de nós se abrem os caminhos de uma "nova evangelização..., nova no seu ardor, nova em seus métodos, nova em sua expressão". É dentro desta perspectiva que devemos procurar, cada vez mais claramente, sinais proféticos inteligíveis do Reino.

A — Os novos desafios para a evangelização

24. O primeiro grande desafio para a evangelização hoje na Amé-

rica Latina é a situação de desumana pobreza, o escândalo de sociedades, ditas cristãs, e nas quais cresce escandalosamente a brecha entre ricos e pobres; sociedades que não respeitam os direitos humanos fundamentais: Vida, saúde, educação, habitação, trabalho; que vivem em situações de pecado social.

- 25. O homem que temos que evangelizar não é, falando majoritariamente, um não-crente a quem devamos convencer da existência de Deus e de sua presença na história, mas ao não-homem: pessoas crentes que vivem em situações desumanas e a partir delas interrogam a fé sobre o sentido destas situações injustas e as exigências do Evangelho de justiça, paz e fraternidade.
- 26. A exigência de uma opção preferencial pelos pobres, como sinal de autenticidade evangélica, que exige uma troca de "lugar social", permitindo repensar os conteúdos da mensagem evangélica a partir dos pobres e levando a assumir a incompreensão, a perseguição e, inclusive, o risco de morrer por essa causa.
- 27. A dimensão política da caridade que, sem negar os benefícios e urgência da assistência, a orienta para a promoção humana em vista da transformação das estruturas em direção do Reino para que se faça justiça aos oprimidos.
- 28. O problema do compromisso sócio-político dos religiosos, enten-

dido em seu sentido global e não partidário, que se comprometa no trabalho pela justiça e na defesa e promoção dos direitos humanos com a convicção de que, entre evangelização e promoção humana, desenvolvimento, libertação, existem vínculos de ordem antropológica, teológica e evangélica.

- 29. O desafio de deixar-se evangelizar pelos pobres na aproximação solidária a eles, que é um caminho para descobrir as incoerências no compromisso de seguimento de Jesus; o parco senso evangélico de nossa vida e apostolado.
- 30. A religiosidade popular, como expressões particulares da busca de Deus e da fé, com suas deformações e valores. A necessidade de ser sensíveis a essas formas de religiosidade para percebermos "suas dimensões interiores e seus valores inegáveis e estar dispostos a ajudá-la a superar os riscos de desvio" para que se torne um meio de encontrar a Deus em Jesus Cristo.
- 31. A irrupção dos pobres na Igreja, na qual começam a ser sujeitos ativos, transformando a Igreja para os pobres em Igreja dos pobres, inaugurando um novo modelo de Igreja que muda a imagem do bispo, do sacerdote, do religioso, da religiosa, do leigo.
- 32. A evangelização libertadora, na qual a libertação de todas as escravidões do pecado pessoal e social está unida à libertação para o

crescimento progressivo do ser. Uma libertação que abrange diferentes dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações¹¹.

- 33. A aceitação dos três universos culturais: o indígena, o branco e o africano, "enriquecidos depois por diversas correntes migratórias" que forjaram uma espécie de mestiçagem latino-americana, gerando um pluralismo cultural que deve estar presente na evangelização.
- 34. Uma nova espiritualidade que brota da inserção. Espiritualidade profética, encarnada nas culturas, que assume a religiosidade popular. Espiritualidade criativa e audaz, em diálogo com o mundo, com os homens e com Deus para dar resposta eficaz aos desafios e problemas atuais. Espiritualidade centrada na experiência de Deus na história e no irmão, e que se deixa evangelizar pelos pobres.

B — Nossa resposta profética no presente e no futuro

35. A resposta profética evangelizadora dos religiosos da América
Latina foi traçada pelo Documento
de Puebla ao falar das tendências
da vida religiosa, vistas a partir da
evangelização: a experiência de
Deus que integra oração e ação; a
busca de uma vida comunitária
mais fraterna, mais simples e mais
inserida no meio do povo; a opção
preferencial pelos pobres que levou
à revisão das obras e dos estilos de
vida; a inserção na vida da Igreja

particular com a colaboração do próprio carisma.

- 36. Da mesma maneira na Península, a resposta profética dos religiosos da América Latina deverá estar enraizada numa experiência de Deus descoberto em seus desígnios sobre a história e na contemplação dos acontecimentos diários à luz do Evangelho. De maneira particular na contemplação do rosto dolente de Cristo nos mais pobres¹³.
- 37. Partindo desta experiência de Deus devemos rezar e compartilhar a fé com nossos irmãos; celebrar a liturgia em conexão com a realidade e com o compromisso evangelizador, como resposta vital ao Senhor que reúne, que sustenta a esperança e exige o amor eficaz.
- 38. Viver o seguimento de Cristo e o aspecto dos votos religiosos como testemunho profético, como diaconia para criar fraternidade e como compromisso no anúncio e na denúncia com maior empenho pela justiça na evangelização. Salientar a pobreza religiosa como opção pelos oprimidos; modo de expressar o valor social dos bens; protesto contra a injustiça. Viver a castidade, além de sua dimensão de sinal de amor a Deus e de entrega a seu serviço, como uma disponibilidade de trabalhar pela justiça, o amor, a paz, a fraternidade. Assumir o compromisso da obediência religiosa como testemunho de denúncia de um exercício totalitário da autoridade e de uma concepção individualista da liberdade.
- 39. Sermos cada vez mais comunidades fraternas, abertas ao meio

- e às pessoas da vizinhança, integrando-nos nas Comunidades Eclesiais de Base, localizando-nos em lugares simples e em zonas marginalizadas. Nesta opção preferencial pelos pobres devemos viver a exigência de contínua conversão e a dimensão política do amor, que induz ao trabalho pela transformação dos sistemas opressores através de uma promoção educadora e libertadora.
- 40. Enfrentar o risco das perspectivas de martírio, inseridas na opção preferencial pelos pobres, que leva a "comprometer-se a nível pessoal e em muitos casos, a nível estrutural, com o serviço e a promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais despojados e humilhados com todas as consequências que se seguem no plano destas realidades temporais" 14.
- 41. Optar pelo modelo eclesial de Igreja dos pobres e estar dispostos a ser evangelizados por eles, e também a mudar as formas e estilos de vida religiosa que não correspondam a esse modelo de Igreja. Promover a participação ativa e responsável dos leigos como agentes de evangelização libertadora.
- 42. Diferentemente da primeira evangelização, em que a vida religiosa feminina estava confinada aos mosteiros de clausura, atualmente a mulher consagrada tem um papel de primeira ordem no trabalho da evangelização, que ela enriquece com suas qualidades e características. A presença crescente da religiosa no compromisso cristão de libertação atesta profeticamente a força

libertadora do Evangelho e anuncia novo tipo de relação hoemm-mulher na sociedade. Isto, por outra parte, questiona os esquemas eclesiásticos que relegam a mulher para um segundo plano.

43. A partir de crescente inserção entre os pobres, viver a nova espiritualidade da evangelização que se alimenta da experiência e da reflexão latino-americana para assumir o estilo ou forma de viver a vida cristã, que está abrindo caminho em nossa eairadlde. Esta espitualidade sustentará e dinamizará nossa resposta profética ao Senhor da História, com base em nossa vocação religiosa.

C — Em comunhão com as Igrejas-Mães

- 44. Ao refletir sobre o passado, o presente e o fturo da evangelização da América Latina, nos sentimos irmãos com as Igrejas da Espanha e de Portugal. Elas nos trouxeram o Evangelho, e também hoje, com novo espírito e com outras perspectivas, colaboram nos processos de nova evaneglização de nossas Igrejas latino-americanas e delas aprendem a criatividade e a generosidade evangelizadoras.
- 45. Os religiosos e religiosas da Península enfrentam também os de safios de nova evangelização em seus ambientes, onde acondecem os fenômenos de crescente descristianização e secularização; do materialismo e do consumismo; do vazio existencial e da busca de valores transcendentes. Com estes irmãos e irmãs queremos caminhar, procurando ser sinais proféticos a par-

tir destas nossas peculiares circunstâncias, desejosos de responder ao Senhor que nos fala na história. Nela queremos ser sinais proféticos inteligíveis do Reino de Deus. Desejamos nos encarnar em nossa realidade e colaborar com eles fraternalmente, com base em nossa comum vocação.

46. Somos conscientes de que nossa resposta é e será sempre pobre e imperfeita; que nos debatemos entre a tentação de nos aferrarmos no passado e a de rompermos totalmente com ele; que nossa fidelidade abre caminho entre conflitos; que nos falta muito para responder ao Senhor que nos interpela na história e para preparar as novas gerações de modo que possam enfrentar os reptos do futuro.

CONCLUSÃO

47. Em vista da próxima celebração dos 500 anos de evangelização da América Latina nós, religiosos da Península e do Novo Continente nos sentimos herdeiros de um passado evangelizador, responsáveis do presente no trabalho do Reino de Deus, e construtores do futuro. Solidários com nossos povos, e entre nós, numa renovada comunhão ibe-

ro-americana, e em nossos esforços de colaboração, queremos acompanhar a passagem do Senhor em nosso hoje e aqui.

Sentimos a necessidade de sermos homens e mulheres "inteiramente disponíveis para responder com flexibilidade, sem ataduras em obras e tradições sem sentido, e com caridade transbordante e capaz de criar novos canais de expressão", no compromisso evangelizador que temos como religiosos. Nós, religiosos, temos "uma palavra profética a dizer, que a vida humana —apesar de todas as suas contradições — tem sentido atual e transcendente e que o Senhor Jesus é a meta da história" 15

Nesse esforço para corresponder do Senhor, contemplamos "a Virmagnância do Magnificat" gem como "estrela da Evangelização sempre renovada". Ela é para nós modelo e fir mesustentáculo de nossa esperança16 Talvez, mais do que nunca, sentimos nossa fraqueza nessa hora que nos toca viver, mas precisamente ali se mostra o poder do Senor que venceu a morte e o pecado e vive no Espírito, Espírito de ressurreição: Ele é nossa esperança e a esperança não será defraudada"17.

NOTAS

(1) Puebla, 8. (2) Ib., 9. (3) João Paulo II, Discurso à sua chegada a S. Domingos, em AAS 71 (1979) p. 154. (4) CLAR, A vida segundo o Espírito nas comunidades religiosas da América Latina. (Bogotá, 1973) p. 44. (5) Evangelii Nuntiandi, 69. (6) Puebla, 8. (7) Id., 10. (8) João Paulo II, Discurso à sua chegada a S. Domingos, em AAS 71 (1979). (9) Cf. Evangelii Nuntiandi, 30-31. (10)

Ib., 48. (11) Cf. Puebla, 482-483. (12) Ib., 307. (13) Cf. Ib., 31-39. (14) Ib., 327. (15) Equipe de Teólogos CLAR, Tendências proféticas da vida religiosa na América Latina. (Bogotá, 1975) p. 86. (16) CDF. Libertatis conscientia, n. 100. Evangelii Nuntiandi, 82. (17) CLAR, A vida segundo o Espírito nas comunidades religiosas da América Latina (Bogotá, 1973) p. 70.

A MISSÃO DOS RELIGIOSOS NA INSERÇÃO NOS MEIOS POPULARES

A marca característica do novo rosto da Vida Religiosa, que é a Vida Religiosa inserida, é a profética opção preferencial e solidária pelos pobres, linha diretriz da pastoral da Igreja.

Aloísio Card. Lorscheider

Arcebispo de Fortaleza, CE

- 1. Para bem nos situarmos, convém ter clareza sobre os termos que usamos. Na formulação do tema, há quatro termos importantes: missão, religioso(a), inserção, meio popular.
- 2. a) Missão pode significar tanto envio como tarefa ou encargo.

Aqui os dois sentidos têm razão de ser e necessitam ser aprofundados.

- b) Religioso(a) é a pessoa consagrada a Deus pelos votos de pobreza, castidade e obediência.
- c) Inserção é, como a palavra missão, a mais importante. Pode ser tomada em sentido mais ou menos estrito. Posso considerar "inserção", a constituição de uma pequena comunidade religiosa no interior, na zona rural; como posso tomar "inserção" pensando em uma comuni-

dade religiosa colocada em ambiente pobre, humilde, de miséria, como, por exemplo, nas favelas, nos cortiços, ou entre camponeses que materialmente nada possuem e vivem numa dependência opressora.

d) Meio Popular deseja indicar o meio amis humilde e mais abandonado de nosso povo. Neste sentido, já define o tipo de "inserção".

3. Missão

3.1. Missão-Envio

É o ponto de partida, que, de alguma forma, está na origem de toda a mística do religioso inserido. É preciso ligá-la com a missão de Jesus Cristo e do Espírito Santo.

O Pai envia o seu Filho Único a este mundo: "Tanto Deus amou o mundo que lhe deu o seu Filho Úni-

co para que todo o que nele crer não pereça mas tenha a vida eterna" (Jo 3,16). Este envio brota do seio eterno do Pai: "Tu és o meu Filho; eu hoje te gerei" (Sl 2,7).

O Espírito Santo, por sua vez, é enviado pelo Pai e pelo Filho para completar a obra iniciada por Jesus Cristo (cf. Jo 14,15-18; 14,25-26; 15,26; 16,7-14; 7,37-39).

Jesus Cristo ainda, antes de voltar para o Pai, envia os Apóstolos e, neles, toda a Igreja: "Como o Pai me enviou eu vos envio a vós" (Jo 20,21) — "Todo o poder sobre o céu e a terra me foi dado. Ide, portanto, e fazei discípulos meus todos os povos. . " (Mt 28,18-19). Sereis minhas testemunhas em Jerusalém em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra" (Atos 1,8).

Os Apóstolos e, com eles, toda a Igreja, desempenharão este envio estreitamente unidos ao Espírito Santo: "Quando vier o Páraclito, que vos enviarei de junto do Pai, o Espírito da Verdade, que vem do Pai, ele dará testemunho de mim. E vós também dareis testemunho, porque estais comigo desde o começo" (Jo 15, 26-27).

Com a missão está ligada a vocação, o chamamento, a consagração (cf. Sl 2,6-7; 110(109); Is 61; Lc 4,17-22) e o carisma.

3.2. Missão-encargo

Seria mais o "para que" alguém é enviado. Para ser sinal: sinal de esperança? Sinal de amor? Sinal de solidariedade? Sinal profético? Ou para ajudar: ajudar na catequese? na evangelização? na organização na formação de liderança? de agentes de pastoral?

A resposta depende do que se compreende por "inserção".

4. A inserção

Acredito que, hoje, a inserção seja tomada sempre em seu sentido mais estrito, no sentido de se colocar junto das pessoas mais esprezadas da osicedade, de estar com elas, morar no meio delas, com elas e como elas, tornando-se o mais perfeitamente possível solidário com elas. Biblicamente teríamos a expressão desta atitude no que Jesus afirma do grão de trigo que deve morrer para produzir fruto: "Em verdade, em verdade, vos digo: Se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muito fruto" (Jo 12,24). Ou ainda: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus amigos" (Jo 15, 13). É o mesmo que "quem ama sua vida a perde, e quem odeia a sua vida neste mundo guardá-la-á para a vida eterna. Se alguém quer servir-me, siga-me; e onde estou eu, aí também estará o meu servo" (Jo 12,25-26).

É a inserção de que fala São Paulo em Filip 2,6, denominando-a de Kénosis. É a Encarnação do Verbo em atitude de kénosis, de servo, Servo Sofredor (Is 53.), servo do pecado — fez-se pecado por nós, fez-se maldição por nós (cf. 2Cor 5,21; Gál 3,13). "Era as nossas enfermidades que levava sobre si, as

nossas dores que ele carregava" (Is 53,4). — Fez-se solidário conosco (cf. Filip 2,7).

5. O Verbo não tinha obrigação de fazer isto e muito menos necessidade:

"Ele era Deus, Ele sabia que o ser igual a Deus não era um roubo para Ele (Filip 2,6). Além do mais, como Deus, Ele era o ofendido, Ele era o injuriado. Apesar disso, Ele se despojou, Ele se abaixou, Ele se humilhou, Ele se aniquilou (exinanivit semetipsum), Ele colocou a sua tenda entre nós, os ofensores, os injuriadores, os pecadores, nem hesitou perante a Cruz que nós, os beneficiados, os privilegiados, lhe preparamos (Filip 2,8). Foi a quebra total de Si mesmo: "Se alguém quiser vir após mim, renuncie a si mesmo..." (Lc 9,23)...

6. Esta Encarnação Kenótica (Salvadora, Redentora, Libertadora) do Verbo Divino dá o sentido mais profundo da inserção do(a) religioso(a) nos meios populares, nos meios mais desprezados da sociedade. É, na realidade, o ambiente dos que a sociedade considera a escória, es párias, os marginais, os porões oa humanidade.

Pense-se aqui por uns instantes

na Virgem Maria
em São José
em Nazaré
em Belém
nos pastores
na matança injusta dos inocentes
No exílio na terra do Egito

nos 30 anos de vida oculta na gente que o cercava na vida apostólica: estropiados, leprosos, possessos do demônio, prostitutas, publicanos, pescadores... na sua prisão paixão (Getsêmani, Sinédrio, Pretório, Caminho da Cruz, Calvário, Cruz, Morte...).

Quando São Paulo na 2Cor 8,9 diz que Ele, embora sendo rico, se fez pobre, nós, glosando, podemos dizer: Ele, embora sendo rico, se fez pária com os párias, marginal com os marginais, Ele se fez em tudo solidário com a humanidade sofrida. Eis a quintessência da inserção!

7. É o mistério pascal — o mistério do Verbo Encarnado Redentor, finalmente Glorificado, que ilumina a inserção do(a) religioso(a) nos meios populares. O Encarnado Redentor é o caminho; o Glorificado é a meta.

8. Por isso, a inserção concretamente hoje?

Se eu me olho, eu religioso, eu religiosa, se olho a minha situação e a comparo com a dos nossos empobrecidos, desprezados da sociedade, vejo-me como num outro mundo. Num mundo bom. Num mundo onde nada falta. Nem comida, nem bebida, nem roupa, nem cama, nem casa, nem educação, nem cuidado pela saúde, nem atenção e carinho. Tenho tudo. O meu Instituto, a minha Ordem, a minha Congregação, a minha Sociedade Apostólica cuida de tudo. Vivo sem preocupação

com o meu futuro. Tenho segurança, Estou numa boa, como diz a juventude. Nem posso dizer que seja roubo. O estar bem assim não é um roubo para mim. Trago em minha vida a experiência de um mundo novo, de um mundo bom. Miséria... só conheço a dos outros. Nem sei como ela é porque nunca a experimentei. E se, por acaso, alguma vez a experimentei, hoje nem me lembro mais. Como se tivesse sido um sonho. Estou agora em outra. Hoje tenho "status".

Ora, é aqui que vem a inserção. Deixo livremente o meu mundo de bem-estar; insiro-me livre e espontaneamente, como Jesus (seguimento de Jesus!), num outro mundo, o mundo da miséria, da fome, do abandono, da violência, da injustiça institucionalizada, do pecado. Realizo uma encarnação kenótica, convencido de que para haver a grande ressurreição (a libertação integral) deste povo maltratado, triturado, massacrado, machucado, eu devo, como eles e com eles, tomar a cruz, padecer, morrer: "Se o grão de trigo não morrer, não produzirá fruto" (cf. Jo 12,24).

É a Encarnação Kenótica, ou se quiser, é a Paixão, Cruz, Morte de Jesus que abre o caminho para a gloriosa Ressurreição; ou como se gosta de dizer hoje, olhando a situação concreta do pobre dependente e oprimido: abre o caminho para a total libertação da criatura humana em Jesus Cristo.

9. A mística da inserção e suas consequências

and the control of the control of

9.1. A mística

Deduz-se do duplo sentido de missão ligada à missão de Jesus e do Espírito Santo e da Encarnação Kenótica do Verbo de Deus,

Missão: 1º sentido: vocação — consagração — missão — carisma.

2º sentido: sinal profético (Medellin, doc. 14, 4.5.6. — Pobreza da Igreja) — solidariedade — ajuda.

Encarnação Kenótica: "Aquele que quiser salvar a sua vida, vai perdê-la, mas o que perder a sua vida por causa de mim, encontrá-la-á" (Mt 19,25). A quebra total de nós mesmos no seguimento de Jesus, o penhor de toda uma vida nova!

9.2. Consequências

- a) O Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça (Mt 8,20).
- b) Morada fixa? sempre peregrino sempre desinstalado a todo momento poderá ser expulso (aparece o dono do terreno) sempre disponível sempre solidário sempre exposto a ser preso e até morto.
- c) Pastoral vocacional: despertar de um novo tipo de vocação para um novo tipo de vida religiosa. O importante não é ter pessoal para manter, continuar a executar as "obras" do Instituto; o importante é suscitar vocações que se entusiasmem pelo carisma do Instituto e queiram viver este carisma na missão.

- d) O engajamento pastoral da vida religiosa assume outro aspecto: o(a) religioso(a) no meio do povo sem esperança é a chama que mantém acesa a luz que indica a presença viva e atuante de Jesus Cristo no Seu Espírito.
- e) A vivência dos votos, sem deixar de ser um ideal de vida, torna-se basicamente o estilo de um compromisso: pobre com a pobreza do empobrecido, da pessoa que não come, que não tem morada, não possui emprego, sofre violência arbitrária, do pai de família que não tem possibilidade de levar o pão para a sua esposa e filhinhos; casto(a) em sinal de solidariedade com a amarga solidão de tantas crianças abandonadas, deixadas sós, de tantas esposas humilhadas, de tantas prostitutas obrigadas a este mister levadas pela ganância do mundo moderno, de tantas mães solteiras ou abandonadas. . .; obediente, aceitando solidariamente a humilhação de tantos empobrecidos que não têm voz nem vez.

É uma opção que pode assustar a quem a faz e ao próprio Instituto Religioso que se decide para isso, mas é, sem dúvida, nos dias de hoje, a opção em que o seguimento de Jesus Cristo até a morte e morte de cruz se torna mais transparente: "Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres (qual o maior bem que temos e que devemos dar aos pobres?!), depois vem, toma a tua cruz e segue-me" (Mt 19,21; 16,24; Lc 9,23).

10. Nova fase da VR

A VR, desde o início, foi pelo êxodo, pelo abandono de uma situação de bem-estar, por uma situação de despojamento. Expressa-se concretamente no "deserto", na "periferia", na "montanha"... Deixa-se o centro do poder, e a gente se coloca na periferia, na margem. Deixa-se a riqueza e abraça-se a pobreza; deixa-se a segurança e se encaminha para a insegurança; entra-se nas "encruzilhadas das histórias" hoje, no "mundo do conflito". — Dos "quartéis de inverno" passa-se para a vivência mais total da missão.

É sintomático observar como na VR a riqueza asfixia e a pobreza revigora. Chega sempre o momento em que grupos cristãos sentem a necessidade de maior simplicidade, de vida mais evangélica, de busca de solução a partir do Evangelho para situações humanas contrárias ao desígnio salvífico divino. Nascem novas formas de VR. Cada vez que a VR corre o risco de, na sua manifestação, deixar de ser profética, brota uma nova interpelação. Quando nos séculos 12 e 13 os Mendicantes iniciaram o seu movimento, quanta discussão não produziram! Mas, os Mendicantes se foram impondo. Pouco mais tarde vieram os clérigos regulares, veio a Companhia de Jesus, vieram os Lazaristas, os Redentoristas, os Salesianos, surgiram as inúmeras Congregações Femininas, sem esquecer as Ordens Contemplativas e as congregações Masculinas de Irmãos. Em nossos dias, nasceram os Institutos Seculares, as Virgens Consagradas no mundo... Um florescer constante de novas formas de congregação a Deus para servir o próximo. À medida que estas novas formas iam surgindo, elas interpelavam as existentes e levavam a uma constante revisão do seu modo de ser e agir. Por detrás destas novas formas, destas novas fisionomias, destes novos rostos de VR, estava, sem dúvida, presente o Espírito de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Pergunto: será que, hoje, neste "aggiornamento" da VR assumido pelo Vaticano II, não estaríamos diante de fenômeno semelhante?

A marca característica deste novo rosto de VR, que é VR inserida, é a profética opção preferencial e solidária pelos pobres. É ela não apenas a linha diretriz da pastoral da Igreja em nossos dias, mas é também a luz que orienta a busca da perfeição evangélica na VR.

Restaurar o projeto inicial

- Bíblia "Deus viu tudo o que tinha feito e era muito bom", Gn 1, 31.
- Leitor O ser humano experimentou, também, o que Deus criara. E viu que era, realmente, BOM. Mas, que desastre! No seu egoísmo inverteu tudo: acumulou o que devia partilhar; destruiu o que devia proteger; explorou a quem devia respeitar; dominou quem devia acolher como irmão. Fez da criatura um ídolo e lhe rendeu culto. O(a) Religioso(a), seguindo Jesus, quer restaurar o projeto inicial (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Energia e audácia na decisão

- Bíblia "Ninguém pode servir a dois senhores. Ninguém pode servir a Deus e ao dinheiro", Lc 16, 13.
- Leitor Discernimento e capacidade de decidir-se. A vida cristã é incompatível com o status pendular, com a indecisão. Indeciso é adjetivo e é substantivo. Como adjetivo significa aquele que não está decidido. Passa. É direito retardar a própria opção. A liberdade de escolha concede-lhe prazo. Resguarda-se da precipitação. Já o substantivo vai fundo: implica incapacidade de tomar decisão. Ninguém pode conservar-se na posição de admirador teórico de JESUS. Requer-se audácia na decisão. Será preciso, sempre, percorrer o seu caminho (Pe. Marcos de Lima, SDB).

PARA CONVERGÊNCIA E AEC

O Grupo de Reflexão sobre Educação, da Conferência dos Religiosos do Brasil, está apresentando aos Religiosos Educadores e a todos aqueles para quem o assunto EDUCAÇÃO é importante, questiona, preocupa, desafia, uma publicação séria, profunda, bem pensada e estimulante.

O GRE Nacional está iniciando os seus 10 anos de vida: tempo suficiente para chegar a alguma síntese, embora sabendo que as mutações da vida moderna forçam a uma constante análise e atitude de reflexão diante da dialética da história e dos acontecimentos pequenos e grandes. Isso não significa que esse grupo tenha chegado a formular receitas ou a descobrir magias capazes de diminuir a tensão das pessoas que se consagram à pastoral da educação na Igreja, hoje. Mas significa, sim, que esse grupo está encontrando a força e as condições de prosseguir no meio da escuridão, reforçado pelas pequenas luzes e vitórias que as comunidades educadoras partilham com ele e lhes vêm da experiência e contacto com realidade. Nesse contexto oferece à V.R. um novo elemento de reflexão: "Religioso Educador: Missão e Profetismo" é o livro que a CRB anexa agora à sua série de publicações. Ele foi escrito como resposta ao pedido de tantos grupos de Religiosos Educadores, representados no Seminário Nacional de Animação dos GRES, em Belo Horizonte, em junho de 1987.

Nele se encontram os temas desenvolvidos por grandes pensadores

"Atual conjuntura Brasileira" - Prof. Herbert de Souza, IBASE

"O Religioso e o Profeta" - Pe. Francisco Taborda, SJ

"Espiritualidade e Vida do Religioso Educador" — Pe. Edênio Vale, SVD

"Relações do Religioso Educador" — Pe. Elli Benincá

"Emergência de Modelos" — Pe. João Batista Libânio, SJ

São cinco artigos, relacionados e bem estruturados, capazes de ajudar nesse itinerário de busca e de surpresas, de inquietudes e de perspectivas as mais variadas. Dentro do cenário nacional, o Religioso Educador é chamado a dar uma resposta profética, edificada sobre uma espiritualidade sólida e encarnada, consciente e atuante, numa atividade que o põe em situação de constantes relações que podem ou não trazer a marca de sua

(Continua na terceira capa, ao lado)

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL: CRB



NACIONAL

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ 1 de março de 1988

Você já leu Convergência de janeiro/fevereiro de 1988. Viu o signo-símbolo deste ano na primeira capa. E deve ter lido a tentativa de sua interpretação na segunda capa. Examine, de novo, aquele texto, à luz de quanto segue nesta suíte, ou seja, neste prolongamento ilustrativo.

Uma Vida Religiosa autêntica sempre revelará, de modo mais agudo e peculiar, esta tensão: Pessoa-Comunidade, Carisma-Instituição. É uma decorrência da percepção do que existe de mais original e insubstituível seja na PESSOA, seja na VIDA RELIGIOSA: a pulsão que vem das fontes. É a consciência de uma inadequação ao exercício típico e conatural do profetismo. É a vontade de se ir à força originante da experiência constitutiva da Vida Religiosa. É a dialética da disponibilidade fundamental criativa e fiel da pessoa consagrada e sua concretização fática compulsória em formas pré-estabelecidas, historicamente situadas, institucionalizadas.

A INSTITUIÇÃO (normas, costumes, hábitos, estruturas, Constituições...) é tentada a prender e amarrar, a extrapolar-se da ordem dos meios, da ordem dos sinais, sem acautelar o caráter transcendente da pessoa humana. E a PESSOA, com seu carisma e disponibilidade, recalcitra e se recusa a encerrar-se em seus limites. É a marca de um grande projeto: encarnação histórica e liberdade evangélica, a tipicidade do projeto religioso que supõe dinamismo, busca, um contínuo vir-a-ser. É o que ele tem de mais verdadeiro. Quando esta tensão latente não se manifesta, é inconsciente não percebido, então, onde ficou o vigor do carisma pessoal e do carisma da Vida Religiosa, como tal? Que se fez da dimensão carismático-profética da vocação? O processo não estaria contradizendo o projeto?

Lembre-se do que ficou escrito em Nossa Capa: "Peça na engrenagem ou peça solta, livre do sistema?" Primordialmente, não pode ser bem assim o enunciado, sem se tornar uma explicitação descuidada e imprópria, uma dicotomia subjacente inaceitável. A nossa vocação é de COMÚM UNIÃO com Jesus Cristo, a dimensão personalizante e comunitária de nosso futuro (1 Cor 1, 9). Hoje já é o ensaio da realidade do amanhã. Nosso presente é o futuro hoje.

A tensão Pessoa-Comunidade, Carisma-Instituição revela, portanto, numa simbiose dinâmica, uma realidade escatológica que transcende os postulados temporais e só desponta no horizonte da fé; revela uma mística que assume a experiência pascal seja como vigília provisória que antecipa a criatura nova definitiva, seja como alerta que avança os próximos passos, atentando sempre à presença dos bens celestes já aqui e ao prenúncio dos altos destinos de Deus sobre tudo o que é terreno. A maquete da vida que há de vir que a Vida Religiosa quer mostrar desde já proclama a fugacidade do mundo e nossa condição peregrina e transitória. Do finito de nós rumamos para o infinito em Deus.

Na Vida Religiosa, se a PESSOA é sacrificada ao GRUPO não nos encontramos mais no Evangelho e nela se extingüem os apelos do Espírito de Deus. Mas se o GRUPO é sacrificado à PESSOA, não estamos mais no projeto religioso. Esta é a dialética, os imperativos e pólos da Vida Religiosa: liberdade e carisma da PESSOA e a solidez do GRUPO com suas leis internas. Reciprocamente se garantem e um se prende ao outro em definitivo. Esta é a miragem utópica que cultivamos pela fé como horizonte adequado para a inviabilidade humana dos projetos de Deus.

O valor mais alto, porém, é a comunidade-comunhão, onde os(as) Religiosos(as) se encontram, se falam, se amam incondicionalmente; se comunicam, são interagentes e interdependentes onde, no plano humano, são satisfeitas as exigências fundamentais da pessoa e, no plano sobrenatural, vivem coesos(as) e unificados(as) pela caridade de Cristo e por aquele admirável intercâmbio de bens decorrentes do batismo, da crisma e da profissão.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB Redator-Responsável